

17 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça manda Londrina baixar tarifa de ônibus

Valor da passagem hoje está fixado
em R\$ 2,20; com a determinação do TJ
o usuário poderá pagar R\$ 2,10

A 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná acatou recurso da Promotoria de Defesa do Consumidor de Londrina e considerou nulo decreto 29/2010, assinado pelo prefeito Barbosa Neto (PDT), que em janeiro de 2010 aumentou de R\$ 2,10 para R\$ 2,25 a tarifa do transporte coletivo em Londrina. Na decisão de mérito, os desembargadores também condenaram a Prefeitura e a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) a ressarcir aos usuários os valores pagos pela tarifa ilegal. Hoje a tarifa em Londrina está fixada em R\$ 2,20, razão de um incentivo de R\$ 600 mil mensais proposto pelo Executivo e aprovado pelos vereadores. Sem o aporte, o valor teria ido para R\$ 2,35.

No recurso de apelação - já que a Justiça de Londrina por meio do juiz Aurênio José Arantes de Moura, da 9ª Vara Cível, concedeu sentença favorável ao município - o promotor Miguel Jorge Sogaier argumentou que o município autorizou reajuste tarifário em um período inferior a 12 meses - o último aumento havia ocorrido em agosto de 2009. Duas leis federais (9.069/95 e 10.192/2001) estabelecem a periodicidade mínima de um ano para reajuste de tarifas públicas.

Em Londrina, o juiz Aurênio Moura entendeu que o reajuste das tarifas de ônibus é de interesse local e, por isso, não seriam afetadas pelas leis federais. No entanto, para o relator do processo, o juiz substituto de 2º grau, Rogério Ribas, entendeu que embora o transporte público esteja regulado pelo contrato entre o município e as empresas, pesa mais neste caso a relação de consumo entre os passageiros e os prestadores do serviço. "Pois se os salários só sofrem reajustes anuais, as tarifas públicas não podem subir mais de uma vez em menos de um ano, sob pena de se onerar excessivamente aqueles consumidores que se utilizam dos serviços públicos tarifados, como é o caso do transporte coletivo", escreveu o relator.

Para o promotor Miguel Sogaier, "o recurso do Ministério Público demorou um pouco para ser julgado, mas agora se mostra benéfico à população, já que a tarifa deve baixar".

Devolução

O acórdão da 5ª Câmara Cível do TJ, determina que os usuários que pagaram a tarifa de R\$ 2,25 devem ser ressarcidos, mas, se "caso impossível o ressarcimento pessoal, deverão ser devidamente apurados tais valores em liquidação e aplicados pela CMTU em melhorias do sistema de transporte municipal, sob a fiscalização do Ministério Público".

A tarifa de R\$ 2,25 vigorou entre janeiro de 2010 e 14 de abril de 2010, quando o TJ concedeu liminar ao Ministério Público, baixando o valor para R\$ 2,10. Embora a Prefeitura tenha recorrido ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, somente em julho de 2010, com a sentença do juiz de Londrina, a tarifa voltou ao valor de R\$ 2,25, e, em agosto, o TJ revogou a própria liminar que havia concedido ao MP.

CONTINUA

17 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Redução deveria ser imediate

No acórdão, o relator destaca que a apelação foi recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo, ou seja, “permanece vigente a liminar no sentido de sustar o efetivo aumento da tarifa”. A decisão tem data de 28 de junho e o teor foi divulgado somente em 11 de julho. Ontem, consultado pela FOLHA, o promotor Miguel Sogaia disse que somente naquele momento tomava conhecimento da decisão. Para ele, o acórdão significa que o “valor da tarifa deve voltar a R\$ 2,10, justamente pelo recurso ter sido recebi-

do nos dois efeitos”.

Tudo indica que a CMTU já foi notificada do acórdão uma vez que já interpôs recurso (embargos de declaração) no Tribunal de Justiça. No entanto, até agora o órgão não se manifestou sobre a decisão e tampouco reduziu o valor da tarifa. A reportagem tentou falar com o presidente da CMTU, André Nadai, ontem, mas ele não deu retorno à solicitação de entrevista. Seu assessor, Leandro Rosa, prometeu dar retorno, mas no início da noite, seu celular estava desligado. O assessor de comunicação da Prefeitura, José Otávio Sancho Ereno, também tentou contato com Nadai, mas não foi atendido. Ele não fez pronunciamento oficial sobre a decisão. (L.C.)

17 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Infância perdida para o trabalho doméstico

Responsabilizar crianças e adolescentes pelos cuidados com irmãos e serviços da casa ainda é prática comum

Silvana Leão

Reportagem Local

Aos sete anos, uma garota foi retirada da escola para ficar em casa cuidando do irmão caçula, um bebê de menos de dois anos. Outra menina, esta de cinco anos, levou mordidas da própria mãe e foi espancada porque não dobrou as roupas que já havia lavado e recolhido do varal. Estes são apenas alguns dos casos mais recentes ocorridos em Londrina – e que chegaram até as autoridades – de exploração de crianças dentro de casa. Elas são as tristes protagonistas de um costume cruel e secular, que quase sempre vem acompanhado das mais diversas formas de violência.

Como quase sempre acontece sob a camuflagem da rotina familiar, praticamente não há estatísticas do número de crianças e adolescentes que são responsabilizados pelo excesso de tarefas domésticas. Um dos poucos retratos desta realidade de difícil mapeamento foi feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, por meio do estudo denominado Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil, um su-

plemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). De lá para cá, nenhum outro trabalho tão completo foi realizado na área.

A pesquisa mostrou que, naquele ano, quase metade (49,4%) das crianças e adolescentes realizava afazeres domésticos, o que correspondia a um contingente de 22,1 milhões de pessoas. Os dados mostram ainda que as atividades dentro de casa eram destinadas com maior frequência e intensidade às meninas. Na faixa etária de 5 a 17 anos, enquanto pouco mais de um terço (36,5%) dos homens cuidavam dos afazeres domésticos, no caso das mulheres a proporção era de 62,6% – situação que se repetia em todas as faixas etárias.

De acordo com o levantamento do IBGE, a participação de crianças e adolescentes em afazeres domésticos era maior nas regiões Norte (54,1%) e Sul (54,5%), enquanto o Sudeste apresentava o menor percentual (45,2%). Já para as crianças de 5 a 9 anos, o quadro era bastante diferenciado entre as regiões, com o Sudeste e o Sul apresentando, respectivamente, o percentual mais baixo (21,2%) e o mais alto (30,3%).

O número de horas habitualmente dedicadas por semana a afazeres domésticos variou sensivelmente nos diferentes Estados, sendo que o Maranhão apresentou os maiores índices.

Crianças e adolescentes com idades entre 5 e 13 anos trabalhavam, em média,

12 horas por semana para manter a casa em ordem, enquanto na faixa etária que vai dos 14 aos 17 anos a média era de 19 horas semanais. Alagoas era o Estado em que crianças e adolescentes mais trabalhavam, com médias de 11 horas por semana (de cinco a 13 anos) e 17 horas por semana (14 a 17 anos).

A psicóloga Wilma Silva Ribeiro, integrante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, explica que um dos problemas de impor muito cedo responsabilidades às crianças é que, ao serem trazidas precocemente para o mundo adulto, elas passam a desejar também outros direitos e atributos deste universo, como aqueles ligados à sexualidade. “São crianças que têm suprimidas etapas importantes de sua vida, o que as torna adolescentes e adultos mais estressados”, explica Wilma.

Ela lembra de uma frase do escritor Antoine de Saint-Exupéry, que retrata como estas crianças se sentirão no futuro: “Todas as pessoas grandes foram pequenas, mas nem todas se lembram disso”. Para esta parcela da população, impedida de fazer a mediação

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

17 AGO 2011

CONTINUAÇÃO

Justiça registra situações 'pavorosas'

Crianças pequenas que exercem tarefas domésticas ficam mais suscetíveis a ferimentos provocados por queimaduras, quedas e choques, mas ao serem atendidas nos prontos-socorros, as circunstâncias do acidente não são registradas, o que impede a existência de estatísticas relacionadas a este tipo de vítima.

Pelas dificuldades de mapeamento, os casos de exploração doméstica também não chegam até a Justiça do Trabalho. "Trata-se de um problema que fica oculto dentro das casas", diz a juíza da 5ª Vara do Trabalho de Londrina, Sandra Zanoni Cembraneli Correia.

Outro complicador, segundo ela, é que a lei não especifica até que ponto o trabalho doméstico interfere no desenvolvimento da criança e até que ponto ele pode ser saudável e colaborar para a integração familiar. "Cabe aos pais ou responsáveis estabelecer um limite do que é razoável. Eu mesma tenho filhos e dou algumas tarefas a eles, como forma de ensiná-los a ter responsabilidade", argumenta.

O problema é quando não existe razoabilidade. Na Vara da Infância e da Juventude há registro de casos que assustam até quem trabalha há muito tempo na área. "Algumas situações são pavorosas.

Há casos de crianças de 4, de 5 anos, que são responsabilizadas pelo serviço da casa. Até a comida dos pais elas têm que fazer", revela Daniele da Rosa Bittencourt, assessora do juiz da Infância e Juventude, Ademir Richter.

Como se não bastasse, a assessora revela um outro dado estarrecedor. Segundo ela, a grande maioria – cerca de 95% – das crianças que são abusadas sexualmente por familiares também são obrigadas a realizar trabalhos domésticos, como se não houvesse limite para a violência infantil.

"Infelizmente, é uma situação muito comum nos processos que chegam até nós." Daniele trabalha há 14 anos na Vara da Infância e diz que tem aumentado o número de casos relativos a exploração infantil, mas argumenta que isto pode ser consequência do maior incentivo às denúncias, inclusive pelos meios de comunicação.

A presidente do Conselho Tutelar da Zona Norte, Fernanda Tássia Nascimento Oliveira, lembra que quando há falta de escolas e creches próximas aos bairros, como acontece atualmente no Residencial Vista Bela, inaugurado há cerca de dois meses, aumentam os casos de crianças e adolescentes obrigados a ficar em casa para cuidar dos irmãos menores. "São situações que deixam as crianças mais vulneráveis", atesta a conselheira. (S.L.)

com a vida por meio das brincadeiras, a ideia de infância fica perdida – é algo que se atravessa, mas não se vive. "São crianças que, se em determinada circunstância tiverem a oportunidade de brincar, não saberão como fazê-lo."

Wilma ressalta, porém, que o hábito de dar pequenas responsabilidades da casa para os filhos, sempre de acordo com a idade de cada um, é saudável e necessário para o amadurecimento da criança. Tarefas como arrumar a própria cama, guardar os brinquedos ou objetos pessoais, levar o cachorro para passear, devem ser incentivadas desde cedo. "É importante para as crianças aprenderem a cuidar das próprias coisas e participarem da vida em família, mas é preciso cuidado para que elas não recebam responsabilidades que são dos pais. É preciso bom-senso", recomenda Wilma.

O sinal de alerta deve ser aceso, de acordo com a psicóloga, quando o tempo disponível para brincadeiras e para o convívio com a família é sacrificado em função do excesso de atividades, que também podem ser cursos, esportes. "Tudo que é oferecido em excesso não é saudável. É preciso respeitar a dinâmica das crianças", resume a psicóloga.

"Crianças que têm etapas suprimidas tornam-se adultos mais estressados"

CONTINUA

17 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

OS SEM INFÂNCIA

A realidade nos lares brasileiros

■ Em 2006, **49,4%** das crianças e adolescentes (o correspondente a **22,1 milhões** de pessoas) realizavam serviços domésticos no Brasil;

■ Em todas as faixas etárias, este tipo de responsabilidade é mais comum entre as meninas;

■ As regiões Norte e Sul eram as que apresentavam os maiores percentuais de crianças e adolescentes exercendo afazeres domésticos - **54%**;

■ O número de horas habitualmente dedicadas a tarefas domésticas por crianças e adolescentes varia de um Estado para o outro. Segundo o IBGE, a situação mais grave foi constatado no Maranhão, com uma média de 12 horas por semana dedicadas a este tipo de atividade

MARCAS DA RESPONSABILIDADE

Crianças impedidas de viver a infância por excesso de responsabilidade desenvolvem características próprias. Entre elas:

- Riem menos e têm dificuldade de se envolver em atividades lúdicas, sempre preocupadas com algum serviço por fazer;
- Exercem grande cobrança sobre si mesmas, pois são levadas a pensar que não têm o direito de errar, seja qual for a circunstância;
- São mais 'estressadas';
- Ao tornarem-se pais e mães, terão dificuldades de brincar com os filhos, pois não aprenderam a fazer isso quando crianças;



FOLHA DE LONDRINA

Juízes federais decidem hoje se entram em greve

São Paulo - Os juízes federais decidem hoje se a categoria entrará em greve, fará uma paralisação no dia 21 de setembro ou continuará as negociações por suas reivindicações.

A assembleia dos juízes, organizada pela Associação Nacional dos Juízes Federais (Ajufe), será feita por e-mail, pela intranet ou na delegacia seccional. Reclamando mais segurança para os juízes, a categoria quer a aprovação de uma polícia do Judiciário e a criação de órgão colegiado para julgamento de organizações criminosas.

Ainda fazem parte das reivindicações a equiparação de benefícios em relação a membros do Ministério Público, o aumento de salário, a criação de 225 vagas nas turmas recursais e a ampliação da Justiça Federal de segundo grau. O resultado da assembleia será divulgado amanhã na sede da Ajufe.

Em abril, a entidade fez uma paralisação. Segundo a Ajufe, cerca de 90% dos juízes federais do Brasil aderiram ao movimento. Na oportunidade, os juízes já haviam decidido fazer outra assembleia cerca de três meses depois.

17 AGO 2011

MILITÃO

O poder de polícia no trânsito

Há tempos que se discute sobre a legalidade da delegação de poder de polícia a ser exercido por sociedade de economia mista. A implementação do sistema de fiscalização com radares pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), em Londrina, reabre a discussão sobre ter o poder de impor a sanção (multas) desse tipo.

O Superior Tribunal de Justiça, ao examinar recurso do Ministério Público de Minas Gerais, em que a recorrida era a Empresa de Transporte de Belo Horizonte, entendeu que não são delegáveis os atos referentes à legislação e à sanção, pois as sociedades de economia mista estão comprometidas pelo objetivo de lucro e a aplicação de multas para aumentar a arrecadação.

O poder de polícia, portanto, no que se refere à aplicação de multas, é atividade inerente ao Poder Público, que deriva de seu poder de coerção e não pode ser delegado a pessoas jurídicas, como diz o Acórdão do STJ. A CMTU vem cobrando multas desde os últimos 15 anos pelo menos. Seu departamento jurídico deveria cuidar disso para evitar perder futuras ações na Justiça.

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA 17 AGO 2011

MANDA CÂMARA revelar contratos da Casa

CASO DEROSSO

JUSTIÇA MANDA CÂMARA MUNICIPAL REVELAR CONTRATOS

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, concedeu ontem liminar ao mandado de segurança impetrado pela direção estadual do PPS, determinando que a Câmara Municipal de Curitiba forneça documentos sobre as licitações para a contratação de agências de publicidade. O prazo é de cinco dias.

Decisão dá prazo de cinco dias para Legislativo repassar ao PPS informações sobre gastos com publicidade

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, concedeu ontem liminar ao mandado de segurança impetrado pela direção estadual PPS, determinando que a Câmara Municipal de Curitiba forneça documentos sobre as licitações feitas pela Casa para a contratação de agências de publicidade. O recurso à Justiça foi apresentado pelo deputado federal e presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno, sob a alegação de que a Câmara ignorou pedido administrativo feito por ele para obter detalhes sobre esses contratos. O juiz deu prazo de cinco dias para que o Legislativo forneça os documentos, sob pena de multa diária de R\$ 500,00.

Bueno afirma ter protocolado oficialmente o pedido para obter as informações da Câmara no último 27 de julho, sem que houvesse qualquer resposta oficial ou justificativa para que eles não fossem fornecidos. O dirigente fez o pedido com base nas denúncias de irregularidades envolvendo a contratação de duas agências de publicidade pela gestão do atual presidente do Legislativo municipal, vereador João Cláudio Derosso, (PSDB).

Segundo as denúncias, que estão sob investigação do Tribunal de Contas, do Ministério

Público, e agora também de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) aberta pela própria Câmara, as agências Oficina da Notícia, que tem como sócia a atual esposa de Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz, e a Visão Publicidade, que teria como sócio o sogro do vereador, teriam sido contratadas em 2006, por um valor inicial de R\$ 5 milhões, que após aditivos, teria chegado a R\$ 31,9 milhões em um período de cinco anos. Além disso, Cláudia ocupava um cargo em comissão na Câmara quando a licitação foi realizada.

Na representação à Justiça, o PPS requereu cópia de contratos, de aditivos e empenhos, notas fiscais de fornecedores e demais documentos. Na decisão, o juiz afirma não haver qualquer indicação de que os documentos estejam sob sigilo. "A omissão da autoridade impetrada constitui requisito para que se caracterize interesse de agir no manejo do presente "mandamus" e fundamenta a concessão da liminar pleiteada (relevância do fundamento)", avaliou o magistrado.

CONTINUA

17 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Custo — Já o deputado federal Dr Rosinha (PT) afirmou ontem que a Câmara negou ontem pedido feito por ele para a obtenção de documentos sobre os contratos de publicidade da Casa e outros dados. Segundo Rosinha, a direção do Legislativo municipal alegou que o custo para fornecer as cópias dos documentos seria muito alto. Além disso, ele não teria informado o motivo do pedido. Rosinha considerou a recusa absurda, e afirmou que vai avaliar a possibilidade de ir à Justiça para obter as informações.

Em declarações dadas ao blog do jornalista Fábio Campana, ontem, o presidente da Câmara, que tem evitado o contato com a imprensa desde a divulgação das denúncias, garantiu não haver necessidade de recursos à Justiça. Segundo ele, os documentos estão à disposição de qualquer um, serão entregues à CPI, ao TC e ao MP.

17 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Juíza organizava grupo para investigar PMs

Uma semana antes de ser assassinada, Patrícia Acioli iniciou força-tarefa para checar registros de mortes em confronto

Polícia tenta identificar homem que perguntou sobre rotina da vítima 3 dias antes do crime e foi filmado por câmeras

DIANA BRITO
DO RIO

Uma semana antes de ser assassinada com 21 tiros, a juíza Patrícia Acioli organizava uma força-tarefa contra crimes cometidos por policiais militares. A ação ocorria em conjunto com a Corregedoria da Polícia Militar e a Promotoria da 4ª Vara Criminal do Fórum de São Gonçalo.

Segundo o corregedor da PM, coronel Ronaldo Menezes, o grupo iria acompanhar casos de auto de resistência — registros de mortes em supostos confrontos com policiais.

O objetivo era checar as ocorrências e identificar possíveis falhas ou crimes praticados pelos PMs na elaboração desses autos.

“Na ocasião [5 de agosto], a doutora Patrícia ficou cerca de cinco horas aqui na corregedoria conversando sobre o assunto e aceitou participar dessa iniciativa. Ela inclusive marcou um novo encontro conosco no próximo dia 29”, disse à **Folha** o corregedor.

Ainda conforme ele, com essa ação os casos iriam chegar de forma mais clara para

o Ministério Público para que o órgão pudesse acelerar e atuar com mais rigor nos processos envolvendo PMs.

O coronel disse que, mesmo com a morte da juíza, pretende dar continuidade ao trabalho com os promotores da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo Paulo Roberto Melo Cunha e Ana Beatriz Miguel de Aquino.

A **Folha** não conseguiu localizar os promotores.

SUSPEITO

A Polícia Civil tenta identificar um suspeito que aparece em imagens de câmeras de ruas próximas à casa da juíza três dias antes do crime. O homem, filmado às 23h13, circulou pela região e fez perguntas sobre a rotina da juíza, sem se identificar.

Investigadores da Delegacia de Homicídios do Rio dizem estar proibidos de passar informações sobre o caso.

Em 2007, após ver os quatro policiais que faziam sua escolta serem substituídos por apenas um, a juíza descobriu que ele visitava réus de processos julgados por ela, segundo o advogado Tício Lins e Silva, que representa a família de Patrícia Acioli.

“Ao perceber essa prática do PM, ela pediu a retirada dele e o retorno da equipe de quatro policiais e do carro cedidos pelo tribunal.” O pedido não foi atendido, diz ele.

No ES, crime de 2003 ainda não foi resolvido

Oito anos e meio depois de o juiz Alexandre Martins de Castro Filho ter sido assassinado em Vila Velha, a Justiça do Espírito Santo ainda não julgou os três acusados de encomendar o crime.

Morto em 2003, o juiz havia denunciado um esquema de venda de sentenças no Judiciário local.

Até agora, sete homens foram condenados por execução e intermediação, mas os três acusados de serem os mandantes conseguiram protelar os julgamentos com recursos que aguardam decisão do STF.

Já em Presidente Prudente, os presidiários Júlio Moraes e Marcos Camacho, acusados de mandar matar o juiz Antonio José Machado Dias em 2003, foram julgados e condenados a 29 anos de prisão. A Promotoria diz que eles são chefes do PCC (Primeiro Comando da Capital).

17 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'Não há razão para ter medo', diz substituto

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

Nomeado para a vara chefiada pela juíza Patrícia Acio-li, assassinada na quinta-feira, o juiz Fábio Uchoa afirmou ontem não haver "razão para ter medo". "A resposta [aos autores do crime] é cumprir a lei. E vamos cumpri-la."

Uchoa, 52, conta com carro blindado e segurança pessoal —a mesma escolta que já tinha no 1º Tribunal do Júri, onde atuava desde 2003.

O Fórum de São Gonçalo receberá detectores de metal e raio-X para bolsas.

"Tenho os meus mecanismos de segurança. Minha rotina vai continuar a mesma."

Uchoa foi convidado na segunda para integrar a comissão de três juízes que irá assumir os casos da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo. Os outros são Claudia Vidal, do 5º Juizado Especial Criminal, e Alexandre Camacho, da 7ª Vara Cível de São Gonçalo.

Camacho é o único do primeiro trio anunciado pelo Tribunal de Justiça a permanecer —a substituição dos outros dois nomes, segundo o TJ, ocorreu em razão da experiência de Uchoa.

Ex-faixa preta de caratê, o juiz participou do julgamento dos traficantes Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco —acusado de torturar e matar o jornalista Tim Lopes—, Eduíno Eustáquio de Araújo, o Dudu da Rocinha, e do caso do assassinato do empresário Arthur Sendas.

O júri marcado para ontem foi suspenso, a pedido do Ministério Público.

FOLHA DE S. PAULO

Delegado é condenado por bater em cadeirante

Policial cumpriria três meses de prisão em regime aberto, mas prestará serviço comunitário

O delegado da Polícia Civil Damasio Marino, que agrediu um cadeirante em São José dos Campos (91 km de SP), em janeiro, foi condenado ontem a três meses de detenção, em regime aberto.

A pena foi convertida em prestação de serviço comunitário por um ano. O tipo de trabalho não foi definido.

Na sentença, o juiz Carlos Gutemberg de Santis Cunha absolveu Marino das acusações de injúria e ameaça. Ele entendeu que não houve prova cabal, já que apenas o agredido, o advogado Anatole Morandini, disse ter sido chamado pelo delegado de "aleijado filho da puta".

O juiz também descartou abuso de poder. "Em nenhum momento o acusado fez menção ao cargo que ocupa", escreveu o juiz.

A agressão ocorreu após o delegado estacionar em vaga para deficientes, levando o cadeirante a tirar satisfação com ele. Um exame mostrou lesão por objeto contundente na cabeça de Morandini, que disse ter levado coronhadas.

O advogado do delegado, Luiz Antônio Lourenço da Silva, disse que a sentença confirma a versão de que "foram só dois tapas" que Marino deu no cadeirante, após levar duas cusparadas.

Morandini lamentou a decisão. Segundo ele, o abuso de poder ocorreu porque Marino "só usa arma em razão da profissão que exerce".

Marino pediu transferência e trabalha hoje em uma delegacia em Presidente Venceslau (611 km de SP). Um processo administrativo ainda está em curso na corregedoria da polícia.

17 AGO 2011

MÔNICA BERGAMO

SINAL FECHADO

Marcelo Malvio Alvez de Lima, motorista do Porsche que atropelou a advogada Carolina Cintra Santos no mês passado, teve seus bens bloqueados no último dia 21. A juíza Margot Correa Bergossi, da 5ª Vara Cível, concedeu a medida para garantir que a família da vítima seja futuramente indenizada pelo acidente. Escreveu que, por trabalhar no mercado financeiro, Alvez poderia conhecer mecanismos para ocultar seus recursos.

FECHADO 2

O advogado Antonio Carlos Muniz, que defende Alvez nesse processo cível, não respondeu aos telefonemas da coluna

17 AGO 2011

GAZETA DO PARANÁ

Cascavel Vara Criminal está precisando de 'inscrições voluntárias' para aumento da lista de jurados

Vara Criminal está precisando de voluntários

A pessoa que se inscreve não é obrigada a 'participar o resto da vida', mas existem pessoas, por outro lado, que participam de júris há mais de 10 anos

VIVIANE NONATO
Cascavel

• A 1ª Vara Criminal de Cascavel está precisando de 'inscrições voluntárias' para aumento da lista de jurados para formação do corpo de jurados para os Júris Populares programados para este ano. De acordo com a escritã, Fátima Pacheco, a média é de 8 sessões mensais, o que significa que até dezembro devem ser efetuados pelo menos 32 sessões. "Para cada sessão, em que o corpo de jurados é formado por sete pessoas, é preciso intimar uma média de 25 pessoas, pois eu tenho que ter 15 disponíveis para que o juiz possa fazer o sorteio", diz. "E para se chegar a esses 15, às vezes até mais de 25 são intimados, pois alguns não podem para aquela data".

Hoje a listagem de jurados ativos - aqueles que participam

todas as vezes que são chamados - conta com 300 nomes. Pode parecer bastante, mas esta bem aquém do ideal. "Para trabalhar

A FRASE

"Para cada sessão, em que o corpo de jurados é formado por sete pessoas, é preciso intimar uma média de 25 pessoas, pois eu tenho que ter 15 disponíveis para que o juiz possa fazer o sorteio"

FÁTIMA PACHECO
Escritã

EM NÚMEROS

300

É o total de **pessoas** que formam a lista de jurados ativos - aqueles que participam todas as vezes que são chamados

com folga, para que não seja preciso chamar a mesma pessoa mais de uma vez ao ano, teríamos que ter pelo menos uns 700 nomes", relata.

Ela explica que a pessoa que se inscreve não é obrigada a 'participar o resto da vida', mas existem pessoas, por outro lado, que participam de júris há mais de 10 anos. "Essa participação popular é muito importante, como o nome diz, é um Júri Popular, então, dependemos da participação das pessoas".

Ainda conforme a escritã, a listagem é renovada anualmente a partir da confirmação das pessoas que desejam continuar, mas novas inscrições podem ser feitas a qualquer momento. "Como o pedido de desligamento também, no caso, se a pessoa participar e não quiser mais, ela pode pedir para sair da lista".

Segundo Fátima, os requisitos para quem quiser se inscrever são simples, basta ser maior de 18 anos e não estar respondendo nenhum processo criminal. Os interessados podem procurar pessoalmente a 1ª Vara Criminal de Cascavel, no Fórum da Justiça Estadual, na Avenida Tancredo Neves, ou mesmo por telefone, através do (45) 3321-1200.

17 AGO 2011

GAZETA DO PARANÁ

CARLI FILHO

Defesa pede devolução do passaporte

• A data do julgamento do pedido da defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, para que a Justiça do Paraná lhe devolva o passaporte, recentemente apreendido, está confirmado para amanhã (18). O relator do recurso deverá levar em mesa para decisão definitiva às 13 horas, na Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A sessão será pública. Como estará em pauta a discussão da possibilidade da aplicação de nova lei processual penal, que trata de medidas cautelares criminais e sua interpretação judicial, há expectativa geral no resultado que firmará jurisprudência para outras situações idênticas no Brasil. O tema específico do julgamento será se a Justiça acertou ou errou quando determinou, por cautela, a apreensão do passaporte de Carli Filho, impedindo-o de deixar o país até o julgamento final da causa pelo Tribunal do Júri.

CASCAVEL

Júri é adiado e nova data é marcada

• O Júri Popular que vai definir se Erondina Maxicimovicz e Ari Martins do Nascimento são culpados ou não pela morte de Cristina Maxicimovicz Gauer e de seu filho D.G., que deveria ter acontecido ontem (16), foi mais uma vez transferido. A nova data é o próximo dia 25 de agosto. Segundo a escrivã da 1ª Vara Criminal, o advogado de defesa de uma das partes apresentou atestado médico e por isso, houve a mudança. Por se tratar de 'réu' preso, a nova data já foi designada. "Este júri foi transferido para o dia 25 e o que ocorreria naquela data será efetuado mais para frente", diz. "Este do duplo homicídio tem prioridade porque os dois acusados estão presos".

Esta foi a segunda vez que o Júri foi adiado. Ela explicou que caso o motivo seja justificável, o juiz acata o pedido, desta forma, pode ser adiado quantas vezes forem necessárias.

FÁBIO CAMPANA

Proteção

No Paraná, a preocupação com a segurança dos juízes motiva a criação de um departamento especializado de proteção aos magistrados. A proposta será encaminhada para a presidência do Tribunal de Justiça. As informações são do desembargador João Kopytowski, presidente da Comissão de Segurança e Inteligência Judiciária do TJ.

17 AGO 2011

GAZETA DO PARANÁ

Rossoni se diz alvo de perseguição do Ministério Público

Amira Massabki
Curitiba

• O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), criticou ontem (16), durante sessão ordinária na Casa, a denúncia encaminhada pelo Ministério Público do Paraná (MP) ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) sobre suposta prestação irregular nas contas de campanha do tucano, em 2010. Segundo o parlamentar, a denúncia, que gerou um processo que será julgado na próxima segunda-feira (22), seria fruto de uma perseguição do órgão contra Rossoni.

O tucano negou a existência de um caixa 2, conforme sugeriram alguns jornais da capital, com base na denúncia apresentada pelo MP. O órgão levantou suspeita sobre o pagamento feito pelo deputado através de “cheques guarda-chuvas”, quando contas

distintas são pagas com a mesma folha de cheque. “Minhas contas foram aprovadas pelo TRE. O que vem ocorrendo agora é uma perseguição feita por entes do MP”, disse Rossoni, ao justificar as suspeitas de irregularidades levantadas pelo órgão.

Rossoni, que declarou para a justiça eleitoral um gasto de R\$583 mil durante a campanha do ano passado, teria pago R\$76 mil com “cheques guarda-chuvas”, o que, segundo o tucano, seria uma prática comum entre candidatos. “Se for cassar alguém por isso, corre o risco de perder o mandato a própria presidente Dilma Rousseff e até o governador Beto Richa”, disse. “Por que o MP foi pinçar no meio de tantas contas os cheques na minha conta? Por que essa diferença de tratamento?”, questionou. “Não acredito que a denúncia do MP terá êxito”, comentou.

17 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-SP debate criação de duas câmaras especializadas

Uma boa notícia para os consumidores usuários de planos e seguros saúde e para as empresas prestadoras de serviços nessas áreas: o Tribunal de Justiça de São Paulo vai tirar do “forno” mais duas câmaras especializadas. Dessa vez, os colegiados terão atribuição unicamente para julgar recursos e apelações envolvendo a prestação de serviços de saúde e de seguros saúde. A proposta foi aprovada na última sessão do Conselho Superior da Magistratura e agora segue para apreciação do Órgão Especial, a quem cabe a decisão final sobre a criação de câmaras reservadas.

Levantamento feito pela direção do Tribunal de Justiça mostra que, no ano passado, entraram na corte paulista 7.646 processos envolvendo planos e seguro saúde.

Desse total, 2.956 eram apelações de sentenças de primeira instância e 4.690 envolviam recursos originários. O número representou o ingresso de 637 processos por mês ou 159 a cada semana.

O número é expressivo. Deve ser levado em conta ainda que as duas câmaras propostas terão dez desembargadores. Nesse caso, haveria uma distribuição aproximada de 64 processos mensais ou 16 por semana para cada um dos membros do novo colegiado. A proposta apresentada ao Órgão Especial determina que os desembargadores acumularão essa distribuição com a de suas câmaras de origem.

No caso da proposta ser aprovada, as câmaras vão julgar recursos envolvendo as leis de planos e

seguros privados de assistência à saúde (Lei 9656/1998) e do programa de incentivo à adaptação de contratos (Lei 10.850/2004), além das Resoluções Normativas específicas da instituição com atribuição de regular os planos de saúde do país, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A lei mais antiga proibia uma série de restrições aos planos de saúde para o tratamento de doenças apontadas no Código Internacional elaborado pela Organização Mundial de Saúde. A lei foi uma adaptação aos acordos anteriores à norma, quando os contratos podiam ser regidos livremente, impondo limites e várias espécies, entre eles, tempo de internação, limite de cobertura e até limites financeiros nos tratamentos.

STJ aprova proposta orçamentária para 2012

O Superior Tribunal de Justiça aprovou, em sessão da Corte Especial, nesta segunda-feira (15/8), proposta orçamentária para 2012 no valor de R\$ 1,2 bilhão. A proposta abrange despesas com a manutenção da máquina administrativa, com pessoal e encargos sociais, despesas com benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes e outras despesas correntes e de capital, inclusive sentenças judiciais.

Segundo o presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, a proposta contempla recursos para a implementação do novo subsídio de ministro, o Plano de Carreira do Poder Judiciário e o adicional de qualificação de técnico,

que já estão em tramitação no Congresso Nacional. “Seguimos o Supremo Tribunal Federal no que se refere ao Plano de Cargos dos Servidores e também com relação ao aumento dos magistrados”, assinalou Pargendler. Isso significa que a proposta aprovada superou em cerca de R\$ 259 milhões os referenciais indicados pela Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, como também ocorreu com o STF.

No início do mês, o STF aprovou sua proposta orçamentária de 2012 com o entendimento de que não cabe ao Poder Executivo fazer cortes nas propostas orçamentárias dos tribunais que inte-

gram o projeto original. Segundo o entendimento unânime dos ministros da Corte, a proposta somente poderá ser alterada pelo Congresso Nacional.

Há ainda previsão de investimento de R\$ 20,5 milhões no projeto de informática, o e-Jus, voltado para a implantação de um sistema integrado de Gestão da Informação Jurisdicional, sob a responsabilidade do STJ. O ministro Ari Pargendler destacou também a uniformização dos valores referentes aos benefícios auxílio-alimentação e auxílio-creche em todos os ramos do Judiciário da União. Com informações da Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça.

17 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

É possível quitar dívida tributária com depósito judicial

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça traz uma boa notícia para o contribuinte. Em decisão recente, a corte decidiu que os depósitos judiciais ainda não transformados em pagamento definitivo e vinculados a processos já transitados em julgado podem ser utilizados para quitar débitos com reduções por remissão e anistia previstas na Lei 11.941, de 2009.

O entendimento ocorreu durante o julgamento de um caso em que a Fazenda se negava a aplicar as reduções aos débitos discutidos em ações com trânsito em data anterior à lei. A decisão do STJ, analisada sob a forma de recurso repetitivo, deve orientar as demais instâncias na decisão de processos que envolvem a mesma discussão.

Pela decisão da 1ª Seção, a remissão ou anistia das rubricas concedidas só incidem em um caso: se de fato existirem saldos devedores dentro da composição

do crédito tributário cuja exigibilidade se encontra suspensa pelo depósito. Isso porque, explicou o relator do caso, ministro Mauro Campbell, os juros que remuneram o depósito não são os mesmos que oneram o crédito tributário.

O argumento da Fazenda era de que a desistência da ação judicial em curso, cumulada com a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, são condições para o contribuinte obter o benefício fiscal. Assim, se já houve o trânsito em julgado do processo, não poderia haver desistência e renúncia possíveis, a justificar o benefício do parcelamento.

Muitos são os casos nos quais os benefícios fiscais com parcelamento ou pagamento à vista, quando entram em vigor depois do trânsito em julgado da ação em que há depósito ainda não transformado em pagamento definitivo, geram questionamentos idênticos aos examinados.

TST tem 25 mil ações paradas

Até julho deste ano, o Tribunal Superior do Trabalho computou 24.655 processos aguardando análise de temas pelo Supremo Tribunal Federal. São os chamados processos sobrestados, cujos recursos abordam temas reconhecidos pelo STF como de repercussão geral — casos de relevância econômica, política, social ou jurídica, que ultrapassam os interesses particulares da causa.

Em 2008, um ano depois que o instituto da repercussão geral foi definitivamente adotado pelo Supremo, foram sobrestados 2.674 casos no TST. Em 2009, foram registrados outros 6 mil e, no ano passado, mais 8,7 mil. Os temas variam desde a dispensa de empregados de empresa pública até questões processuais. A medida se aplica a recursos extraordinários — instrumento por meio do qual se espera que o STF analise o mérito da causa.

O tema com o maior número de processos sobrestados é o que trata da responsabilidade subsidiária do ente público nos contratos de terceirização, quando a companhia contratada não paga suas obrigações trabalhistas. Hoje, são 8,3 mil ações judiciais que tratam do tema. Em segundo lugar vêm os processos que discutem a exigibilidade de pagamento de FGTS em caso de contrato anulado por ausência de concurso público (6,4 mil processos).

17 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Delegacia Eletrônica começa a funcionar em setembro

Começa a funcionar em todas as unidades policiais do Estado do Paraná até o início de setembro o sistema de registros de ocorrências pela internet. O projeto da Delegacia Eletrônica foi anunciado ontem (16) pelo governador Beto Richa, durante o lançamento do programa Paraná Seguro. A intenção é que a medida dê mais agilidade e profissionalismo ao atendimento policial.

“O uso da tecnologia vai reduzir a burocracia e melhorar o atendimento à população, reduzindo o tempo e aumentando a qualidade. Tenho certeza de que esse processo vai ajudar a fortalecer as polícias do Paraná”, disse Richa. Ele destacou que apenas os estados do Piauí e Paraná ainda não dispõem da ferramenta.

O serviço estará à disposição da população pela internet na página www.delegaciaeletronica.pr.gov.br. O cidadão poderá informar furtos e roubos de veículos, perda ou furto de documentos e outras ocorrências, sem precisar se deslocar até um delegacia.

O registro será recebido por um agente policial que encaminhará o documento para a delegacia mais próxima da ocorrência ou da residência do notificante. Em caso de dúvidas, o agente entrará em contato por telefone com a pessoa que registrou a ocorrência. O notificante receberá por e-mail um número de protocolo, por meio do qual poderá imprimir o boletim de ocorrência.

O sistema foi desenvolvido pela Companhia de Informática do Paraná (Celepar), em parceria com especialistas da Secretaria de Segurança Pública.

O delegado geral da Polícia Civil do Paraná, Marcus Vinicius Michelotto, afirma que todas as delegacias estão se adaptando para trabalhar com o novo modelo de ocorrências. Ele destaca que o projeto da Delegacia Eletrônica prevê uma central de atendimento e que os equipamentos já foram adquiridos. “É um processo que vai facilitar o registro de ocorrências pela população”, afirma.

FÁBIO CAMPANA

Proteção

No Paraná, a preocupação com a segurança dos juízes motiva a criação de um departamento especializado de proteção aos magistrados. A proposta será encaminhada para a presidência do Tribunal de Justiça. As informações são do desembargador João Kopytowski, presidente da Comissão de Segurança e Inteligência Judiciária do TJ.

17 AGO 2011

METRO

Juiz manda Derosso apresentar contratos

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Marcos Vinicius da Rocha Loures Demchuk, determinou ontem que o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, o vereador João Claudio Derosso (PSDB), apresente os contratos de publicidade da casa. Derosso é acusado de ter contratado a empresa da própria mulher, a jornalista Claudia Queiroz Guêdes.

Além das cópias dos contratos, a decisão do juiz, atendendo a pedido do deputado federal Rubens Bueno (PPS), determina que Derosso mostre os empenhos e as notas fiscais da empresa da mulher. O vereador tem cinco dias de prazo para atender à ordem do juiz.

CPI

Ontem, o vereador Algaci Túlio (PMDB), líder da oposição, protocolou na Câmara o pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os contratos de publicidade feitos por Derosso. O requerimento para pedir a criação da CPI teve 34 assinaturas entre os 38 vereadores do município.

Hoje o vereador Sabino Piccolo (PSDB) deve convocar os líderes dos partidos para que indiquem os nove nomes que irão fazer parte da comissão. O PSDB, partido de Derosso, irá indicar três nomes. A expectativa da oposição é de que ainda hoje seja feita uma primeira reunião da CPI e que já sejam definidos os nomes do presidente e do relator.

17 AGO 2011
METRO

Empresário terá que indenizar por fotos íntimas publicadas

Um empresário de Maringá foi condenado ontem, pelo Tribunal de Justiça, por publicar fotos íntimas de uma ex-namorada na internet. Segundo o tribunal, ele cometeu os crimes de difamação e injúria e terá pena de um ano e 11 meses. No período, ele vai prestar serviços comunitários e pagar, por mês, a quantia de R\$ 1,2 mil à vítima.

De acordo com o processo, o relacionamento durou cerca de três anos. Depois

27 mil reais o condenado terá que pagar pela divulgação das fotos, além de prestar serviços comunitários por dois anos.

da separação, o homem ficou inconformado e passou a fazer comentários pejorativos sobre ela para amigos. Ele ainda teria enviado, via e-mail, fotos íntimas para diversas pessoas, além de publicá-las em sites pornográficos. ● METRO CURITIBA

17 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Campeão

Risco de vida

Desembargador propõe medidas de proteção aos juízes e funcionários do Judiciário

Joyce Carvalho

A proposta da criação de departamento que vai tratar especificamente da proteção de juízes será encaminhada à presidência do Tribunal de Justiça. A revelação é do desembargador João Kopytowski, presidente da Comissão de Segurança e Inteligência Judiciárias do TJ. De acordo com o magistrado, é necessária a adoção de algumas medidas para proteger juízes e funcionários do Judiciário, que devem trabalhar nas suas funções com tranquilidade e segurança.

Outra proposta da comissão é a implantação da guarda judiciária, que atuaria especificamente nos fóruns. "A maioria dos fóruns está desprotegida. Deve haver este policiamento pelo menos no fórum, no horário de expediente", explica o desembargador. A guarda judiciária também seria responsável pela escolta de juízes amea-



Kopytowski: recorde.

çados por causa de suas atividades. "Alguns casos exigem isto e não está acontecendo. A resposta que temos da Polícia Militar é a falta de efetivo", comenta Kopytowski. Ele revela que desconhece que algum juiz receba proteção policial hoje no Paraná.

Riscos

Levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indica que 30 juízes paranaenses estão sob ameaça. O Estado lidera o ranking. A quantidade em todo o País supera a 100. "Para mim, este número pode ser ainda maior", avalia Kopytowski. O desembargador conta que o TJ do Paraná foi um dos primeiros a fazer este levantamento, que ainda considera outros oito juízes que sofrem riscos em virtude das decisões que proferiram, mas não relataram ameaças.

Kopytowski ainda acredita ser necessário reforço nas estruturas dos fóruns paranaenses, cujas janelas e portas são frágeis e alvos de arrombamentos. O desembargador defende a instalação de equipamentos de segurança, como câmeras e alarmes, além do treinamento de segurança para juízes, escrivães e outros servidores do Judiciário. "Muitos não sabem o risco que correm", classifica.

Disputa pela CPI

PSDB, mesmo partido de Derosso, tem direito a três vagas, enquanto a oposição só terá garantido um membro

nstaurada a CPI na Câmara de Curitiba, começou, no plenário a disputa pelos nove postos na comissão que vai investigar e sugerir punições ao presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB) caso comprovadas denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade do legislativo municipal, que teriam beneficiado a mulher do vereador, Cláudia Queiroz. De acordo com a regra da proporcionalidade, três parlamentares do PSDB, mesmo partido de Derosso, participarão da comissão, enquanto a oposição, proponente da CPI, só terá garantido um membro.

Com 14 vereadores, o PSDB indicará três membros, tendo um terço da CPI. Os partidos com três vereadores (PT, PDT, DEM e PSB) indicarão um vereador cada. A maior discussão está na montagem dos blocos de partidos que, sozinhos, não teriam uma vaga na CPI por ter menos que três vereadores na Casa.

A mesa diretiva dividiu, previamente, os outros oito partidos com representatividade na Câmara em dois blocos, cada um deles podendo indicar um integrante para a CPI. Mas, num bloco, foram colocados os quatro partidos com dois vereadores (PPS, PMDB, PV e PP) e, em outro, os partidos com um vereador: PRB, PRP, PSC e PSL.

Reação

“É um absurdo matemático, um grupo de oito vereadores indicar o mesmo número que o grupo com quatro. E, de quebra, colocaram no mesmo grupo, eu, a vereadora Renata Bueno (PPS) e Paulo Salamuni (PV), três dos que mais atuaram para que houvesse essa investigação. Assim, só um de nós, ou, até, nenhum, participará da CPI”, disse o líder da oposição, Algaci Túlio (PMDB). “Com um, ou no máximo dois vereadores da oposição nesta CPI, são grandes as chances de aliados do presidente Derosso assumirem a presidência e a relatoria da CPI. Temo pelo bom andamento e pelo resultado da comissão”, acrescentou.

Anunciados os integrantes

Líder do PSDB na Câmara e já indicado pelo partido para compor a CPI, o vereador Emerson Prado negou que o partido reivindicará os principais cargos para aliados. “Como líder da bancada, já propus que nenhum vereador tucano candidate-se para a presidência ou a relatoria. Também não vamos reivindicar que sejam membros da bancada de apoio. Vamos deixar os vereadores livres para decidir”, disse.

O PSDB já indicou seus três membros para a CPI. Além de Emerson Prado, destacou Jair César e Paulo Frote para acompanhar as investigações. Do DEM, foi indicado Denílson Pires, enquanto o PDT já definiu que Tito Zeglin fará parte da comissão. Os outros partidos ainda não definiram seus indicados.

Justiça exige contratos

O juiz de Direito da 5.ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo presidente do PPS no Paraná, deputado federal Rubens Bueno, para ter acesso aos procedimentos licitatórios que resultaram na contratação das agências de publicidade “Oficina da Notícia Ltda” e “Visão Publicidade”, cópia de contratos, de aditivos e empenhos, notas fiscais de fornecedores e demais documentos.

O deputado federal entrou com mandado porque não recebeu resposta do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). O presidente do PPS protocolou no dia 27 do mês passado requerimento pedindo informações no Legislativo.

O magistrado deu ao presidente da Câmara o prazo de cinco dias para a remessa das cópias de todos os documentos solicitados sob pena de multa diária de R\$ 500 que começa a incidir a partir do 6.º dia.

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

AGRONEGÓCIO Congresso Jurídico inicia amanhã

A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) realiza de 18 a 19 de agosto, no Auditório do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, o I Congresso Jurídico Internacional do Agronegócio. O evento tem como temas centrais “Perspectiva Jurídica, Política e Economia”.

Confirmaram presença nomes como Osmar Dias, vice-presidente de Agronegócio do Banco do Brasil; Letícia Bourges, diretora executiva do Comitê Europeu e Direito Rural; Antônio Fonseca, procurador da República; Gamaliel Scaff, desembargador do TJ Paraná; Gil Guerra, juiz de Direito Substituto em 2º Grau e presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Reinhold Stephanes, deputado Federal e Massami Uyeda, ministro do Superior Tribunal de Justiça.

17 AGO 2011
GAZETA DO POVO

OBITUÁRIO Ronald Schulman

Um carioca bem curitibano

Carioca, Ronald Schulman se formou pela Universidade Católica de Petrópolis, mas elegeu Curitiba para viver depois de oito anos de casado. Era o lugar ideal para criar os filhos e ter maior qualidade de vida. A paixão pelo Rio e o sotaque carioca, diz a família, ele nunca perdeu. Na capital paranaense, porém, demonstrou a que veio. Abriu um escritório de advocacia, depois exerceu o cargo de diretor administrativo da Casa de Saúde Paciornik e de secretário-



geral da Associação de Hospitais do Paraná. Preocupado em desenvolver um bom trabalho, procurou uma segunda graduação: fez Administração na FAE. Era membro do Instituto dos Advogados do Paraná e, em 1995, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, na vaga do Quinto Constitucional. Foi o mais votado pela OAB e desembargadores. "Como era advogado e depois virou juiz, foi muito elogiado porque soube reconhecer o trabalho dos colegas", afirma a esposa Siomara, também advogada. Os companheiros guardam dele a frase "os amigos são o nosso maior patrimônio." Já o grande amor da vida, ele encontrou na própria família: casou com a prima de Curitiba, Siomara. "Meu marido tinha a frase perfeita para cada ocasião", diz Siomara. Deixa a esposa, três filhos e três netos.

Dia 8, aos 72 anos, de insuficiência respiratória.

GAZETA DO POVO

Mortes 17 AGO 2011

cometidas por

PMs intrigavam

juíza

Patrícia Acioli, morta na semana passada, integraria grupo para investigar crimes cometidos por policiais militares

RIO DE JANEIRO

Folhapress

Uma semana antes de ser assassinada com 21 tiros, na última quinta-feira, a juíza Patrícia Acioli organizava uma força-tarefa contra crimes cometidos por policiais militares. A ação ocorria em conjunto com a Corregedoria da Polícia Militar e Promotoria da 4.^a Vara Criminal do Fórum de São Gonçalo (RJ).

Segundo o corregedor da Polícia Militar (PM), coronel Ronaldo Menezes, o grupo iria acompanhar casos de auto de resistência — registros de mortes em supostos confrontos com policiais. O objetivo era checar as ocorrências e identificar possíveis falhas ou crimes praticados pelos PMs na elaboração desses autos.

“Na ocasião [5 de agosto], a doutora Patrícia ficou cerca de cinco horas aqui na corregedoria conver-

sando sobre o assunto e aceitou participar dessa iniciativa”, disse o corregedor. Conforme Menezes, com essa ação, os casos iriam chegar de forma mais clara para o Ministério Público, para que o órgão pudesse acelerar e atuar com mais rigor nos processos envolvendo policiais.

O coronel disse que, mesmo com a morte da juíza, pretende dar continuidade ao trabalho com os promotores da 4.^a Vara Criminal de São Gonçalo, Paulo Roberto Melo Cunha e Ana Beatriz Miguel de Aquino. A reportagem não conseguiu localizar os promotores.

Suspeito

Investigadores analisaram ontem as imagens das câmeras do Fórum de São Gonçalo, onde Patrícia trabalhava. Dois homens em uma moto teriam feito uma tocaia e esperado o carro da juíza sair da garagem. Ao ver o veículo na saída, eles teriam seguido para a casa da magistrada.

A Polícia Civil também tenta identificar um suspeito que aparece em imagens feitas por câmeras de ruas próximas à casa da juíza três dias antes do crime. O homem, filmado às 23h13, circulou pela região e fez perguntas sobre a rotina da juíza, sem se identificar. Os investigadores dizem estar proibidos de passar informações sobre o caso.

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

PALESTRA

Para uma adoção consciente

- ♦ DATA: 20 de agosto (às 15 horas).
- ♦ TEMA: Como vivem as crianças nas Instituições de Acolhimento.
- ♦ PALESTRANTES: Marta Avanci e Mônica S. Tindó.
- ♦ LOCAL: Escola do Bosque Mananciais. Rua Mateus Leme, 4.248 – São Lourenço.
- ♦ INFORMAÇÕES: (41) 3353-7895 ou 8442-0129.

Ex-juiz Rocha Mattos é condenado

O ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos foi condenado a seis anos e seis meses de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro. Decisão do juiz Marcelo Costenaro Cavali, substituto da 6.ª Vara Federal Criminal de São Paulo, também decretou a perda de dois imóveis na capital paulista.

Rocha Mattos ficou conhecido ao ser processado na Operação Anaconda sob acusação de venda de sentenças. O ex-juiz chegou a ter uma pena de 20 anos de prisão. Ele ficou cinco anos preso em regime fechado e dois no semiaberto. Desde abril deste ano, cumpre a sentença em regime aberto.

Na ação que começou a tramitar neste ano, Cavali diz que o ex-juiz "era o articulador e o principal interessado na ocultação da propriedade". Rocha Mattos poderá apelar em liberdade.

COLUNA DO LEITOR

Carli Filho1

É o que faltava acontecer: os dois jovens que morreram no acidente do senhor Carli Filho serem os culpados (*Gazeta*, 15/8)! O excesso de velocidade, o estado de embriaguez, o direito de dirigir: suspenso do senhor Carli são o quê? Os carros, dois montes de ferros retorcidos, mostram a força da batida em que dois inocentes morreram.

Joaquim Menezes

Carli Filho2

Todos merecem o direito à defesa, mas distorcer os fatos para conseguir vantagem para seu cliente e penalizar as verdadeiras vítimas e suas famílias, mais ainda do que já foram penalizadas com essa tragédia, já é passar dos limites.

Esttela Maria Berri

Carli Filho3

Um absurdo a defesa querer culpar as vítimas do acidente, dizendo que a preferência é de quem vem da direita, claro, isso todos nós sabemos, mas furar o sinal a 190 km por hora é permitido? Por muito menos as prisões estão cheias.

Sergio Ramon

MAU ATENDIMENTO ONU condena país por morte de grávida

O Brasil foi condenado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por violar direitos humanos de grávidas. A determinação foi divulgada pelo Comitê para Eliminação da Discriminação contra Mulheres (Cedaw, na sigla em inglês). O caso que levou a essa decisão é o da brasileira Alyne Silva Pimentel, de 28 anos, moradora da Baixada Fluminense (RJ). Ela morreu em novembro de 2002, no sexto mês de gestação, cinco dias após dar entrada em um hospital público com sinais de gravidez de alto risco e não receber atendimento apropriado.

"A Justiça no Brasil nunca deu resposta. O caso chegou à ONU em 2007 e hoje saiu a decisão. O resultado é uma vitória do Brasil e do mundo, já que é o primeiro caso de mortalidade materna analisado internacionalmente", explica Lillian Sepúlveda, vice-diretora do Center for Reproductive Rights, organização que promove os direitos reprodutivos das mulheres no mundo e levou o caso ao Comitê da ONU.

A decisão estabelece que o governo brasileiro deve indenizar a família de Alyne, além de garantir o direito das mulheres aos cuidados obstétricos de emergência, oferecer formação profissional adequada aos profissionais da saúde e punir aqueles que violarem os direitos reprodutivos das mulheres. Ainda não foi divulgado o valor da indenização nem o prazo para pagamento. "Esperei por nove anos. Quase já não tinha esperança de que algo acontecesse", disse Lourdes Silva, mãe de Alyne.

Rede Cegonha

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), apesar de ter reduzido a taxa de mortalidade materna na última década, o Brasil ainda é responsável por cerca de 20% das mortes de grávidas que ocorrem todos os anos na América Latina e no Caribe.

Em nota, o Ministério da Saúde afirma que o programa Rede Cegonha, lançado em março deste ano com um investimento de R\$ 9,4 bilhões, vai ditar ações estratégicas para qualificar a rede de assistência obstétrica. O objetivo é que a mulher receba assistência integral desde a confirmação da gravidez e até o segundo ano de vida do filho.

"A decisão da ONU é importante, pois combate uma múltipla discriminação, já que Alyne [a grávida que morreu por falta de assistência] era mulher, negra e pobre."

Lillian Sepúlveda, vice-diretora do Center for Reproductive Rights, organização que levou o caso da brasileira ao Comitê das Nações Unidas.

PESQUISA

78% são contra desqualificar o uso de drogas como crime

Os brasileiros são majoritariamente contra a descriminalização das drogas no país, aponta pesquisa Sensus divulgada pela Confederação Nacional do Transporte. Dos entrevistados, 78,6% disseram ser contra. A pesquisa foi realizada entre os dias 7 e 12 de agosto em 24 estados. Ouviu 2 mil pessoas e tem margem de erro de 2,2 pontos percentuais.

A união entre homossexuais também foi abordada pelo levantamento. Para 56,3% dos entrevistados, o Congresso não deve aprovar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Mesmo que aprovado o casamento, 55% dos entrevistados disseram ser contra a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo.

Houve uma pequena variação, se comparada com pesquisa anterior de 2005, no percentual dos que aprovam a união estável entre pessoas do mesmo sexo — passou de 32,7% em 2005 para 38,6% em agosto deste ano.

O mesmo movimento foi verificado com relação à redução da maioridade penal dos 18 anos atuais para 16 anos. Em 2007, 81% dos entrevistados se disseram favoráveis à redução. Em agosto deste ano, o percentual subiu para 86%.

Rossoni diz que até Beto adotou prática pela qual pode ser cassado

Para se defender da acusação do MP de ter pago despesas eleitorais de forma irregular, presidente da Alep afirma que diversos políticos fizeram o mesmo

Katia Brembatti e Heliberton Cesca

Para se defender da acusação de ter cometido irregularidades na prestação de contas de sua campanha eleitoral em 2010, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Valdir Rossoni (PSDB), declarou ontem que muitos políticos que não tiveram o mandato contestado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) também teriam adotado a mesma prática pela qual ele é acusado.

Rossoni disse que vários políticos usaram um único cheque para pagar várias despesas ao mesmo tempo — o que, segundo o MPE, dificulta a fiscalização de ilegalidades nas contas de campanha. “Então [se eu for cassado] tem que

cassar a Dilma [Rousseff], o [José Serra, o Beto Richa]”, declarou, na tribuna da Assembleia. De acordo com ele, as campanhas da presidente e do tucano para a Presidência da República e de Beto Richa para o governo do Paraná, também utilizaram o recurso do chamado “cheque guarda-chuva”, que vale para várias despesas.

Rossoni, que está sendo julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por uso de cheques guarda-chuva, reclamou que estaria recebendo “tratamento diferenciado” pelo MPE. Segundo o tucano, outros políticos que usaram a mesma estratégia na gestão financeira da campanha não são alvos de investigação. “Não vou aqui citar outros deputados”, disse, enfatizando que colegas da Assembleia também teriam usado o recurso contábil.

Rossoni afirma que teve a prestação de contas aprovada pelo TRE e que todas as despesas de campanha têm nota fiscal correspondente. E reiterou que não fez caixa 2.

O TRE-PR adiou para a próxima semana o julgamento do pedido de cassação do mandato de Rossoni. O caso começou a ser analisado na segunda-feira, mas um pedido de vista ao processo interrompeu a votação. Dois dos sete integrantes do tribunal já votaram e o julgamento está empatado em 1 a 1. O Ministério Público Eleitoral acusa o parlamentar de não ter

comprovado gastos de R\$ 74 mil na campanha de 2010.

O deputado estadual Rasca Rodrigues (PV) reconheceu que também usou o cheque guarda-chuva para o pagamento de despesas agrupadas. Ele citou que teria feito isso na cobrança de pedágio.

Segundo Rasca, só é possível pagar pedágio em dinheiro e seria totalmente inviável pagar cada tarifa com um cheque isolado. O deputado afirma que recebeu verbalmente a orientação do próprio TRE-PR para pagar as despesas agrupadas. “Primeiro fixaram que o valor poderia ser de até R\$ 1 mil. Depois, diante das dificuldades, disseram que aceitariam cheques de até R\$ 5 mil. Mas voltaram atrás e limitaram novamente em R\$ 1 mil”, contou.

Richa

Sobre o uso de cheque guarda-chuva na campanha eleitoral de Beto Richa, o coordenador financeiro do comitê da campanha de 2010, Fernando Ghignone, atual presidente da Sanepar, se limitou apenas a dizer que “tudo foi feito de acordo com a lei”. “As contas [do Beto Richa] foram apresentadas ao TRE antes dos demais candidatos e foram aprovadas sem restrições”, declarou.

NEPOTISMO

Traiano admite que indicou irmão ao porto

O deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná, reconheceu ontem que indicou o irmão para ser contratado como funcionário do Porto de Paranaguá e que ele foi escolhido por ter trabalhado na campanha de Beto Richa.

A edição de ontem da **Gazeta do Povo** mostrou que Osmar Traiano, irmão do deputado, foi nomeado para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) em janeiro. E que Mauro Vidal Maron, irmão do superintendente da Appa, Airton Vidal Maron, foi contratado, logo em seguida, para o gabinete da liderança do governo na Assembleia. A prática de nepotismo cruzado é proibida pela Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal.

“Se eu disser que não indiquei [meu irmão para o cargo no porto], eu estaria mentindo”, admitiu Traiano. Sobre o motivo da nomeação de Osmar, o deputado afirmou que foi indicado “porque trabalhou na campanha do [governador] Beto [Richa]”. O parlamentar assegura que não sabia que se tratava de um caso de nepotismo cruzado. “Achei que não tinha problema. Que só seria nepotismo cruzado se fosse aqui dentro da Casa, de um gabinete pro outro.”

Traiano garantiu ontem que o irmão do superintendente do porto pediu a demissão na quinta-feira porque não queria mais trabalhar no gabinete. Disse que a exoneração de Mauro foi protocolada na sexta-feira e que ainda não tinha chegado, até segunda-feira, ao conhecimento da diretoria de pessoal da Assembleia, como a **Gazeta do Povo** informou ontem, por causa da “burocracia interna”.

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

O Ministério Público Estadual (MP) vai abrir uma investigação para apurar a troca de nomeações envolvendo a Appa e a Assembleia. O caso pode resultar em ação de improbidade administrativa contra Maron e Traiano. O deputado é alvo de outra investigação do MP por supostos pagamentos de supersalários ao filho dele, Ademar Traiano Junior, enquanto esteve nomeado no gabinete do pai, entre 2000 e 2006 — a nomeação ocorreu antes da edição da Súmula 13 do STF, em 2008. (KB)

COLUNA DO LEITOR

Nepotismo cruzado 1

Um político, ou membro de poder público, não pode avaliar com idoneidade o trabalho de uma pessoa que faz parte de sua família (Gazeta, 16/8). A própria Constituição Federal vai contra esse tipo de atitude. Quando comprovada a intenção de dar privilégio a parentes, a pessoa está sujeita a ação civil pública por ato de improbidade administrativa.

Allene Danusa Silva dos Santos

Nepotismo cruzado 2

O nepotismo não é a maneira correta de gestão, pois, se acontecer algo dentro do ambiente empresarial considerado grave, o laço de parentesco prejudica a cobrança. Se é um funcionário comum, pode ser cobrado ou até demitido.

Danielli Cristiane dos Santos

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Governo do Paraná gastou R\$ 18 mi sem licitação neste mês

R\$76,9 milhões

é o montante gasto pelo governo do estado neste ano sem licitações, segundo o deputado estadual Tadeu Veneri (PT).

Oposição cobra
explicações sobre
despesas do estado
sem concorrência

Katia Brembatti

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) afirmou ontem que o governo Beto Richa gastou R\$ 18 milhões, com dispensa de licitação, apenas nas últimas duas semanas. Anteontem ele havia cobrado o motivo de o governo ter gasto nos primeiros sete meses do ano R\$ 58,9 milhões. Com os novos gastos apresentados ontem por Veneri, o estado já teve despesas totais de R\$ 76,9 milhões sem a realização de concorrência pública neste ano.

O líder do governo na Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), havia prometido, na segunda-feira, que explicaria as aquisições ontem, mas pediu mais um dia de prazo.

O primeiro levantamento apresentado por Veneri mostra que o governo tucano assinou 38 contratos de compras e locações de pro-

duto, serviços e equipamentos em várias secretarias estaduais com dispensa de licitação entre janeiro e julho deste ano. Já os oito contratos questionados ontem são da área de saúde — de compra de medicamentos à contratação emergencial de serviços de atendimento médico. O maior valor (R\$ 10,2 milhões) foi negociado com a Santa Casa de Londrina, para assistência à saúde de servidores.

Mesmo que algumas despesas sejam realmente consideradas urgentes (o que dispensa a licitação), Veneri disse estar preocupado com a frequência em que contratos são fechados sem que haja concorrência. Na lista de serviços contratados sem licitação estão a recuperação de estradas do litoral (danificadas pelas chuvas de março); a reestruturação do Instituto Médico Legal (IML) do Paraná; e restauração de obras de arte.

Traiano alegou que algumas respostas são extensas e complexas e que reservou mais de meia hora na tribuna, na sessão de hoje, para dar explicações. Ele promete esclarecer cada um dos contratos.

“Espero que tenham uma explicação razoável”, disse o parlamentar petista. Se as respostas dadas pelo governo não convencerem Veneri, ele pretende levar o caso para o Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com a Lei 8.666/93, o poder público pode dispensar a licitação em casos de emergência ou de calamidade pública. Outras brechas são: compras que só possam ser entregues por um único fornecedor; contratação de profissionais de “notória especialização” em sua área de trabalho; ou para contratação de profissional de qualquer setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

GAZETA DO POVO

COMISSÃO PROCESSANTE

Pedido de afastamento de Derosso é arquivado

7 AGO 2011

Autora de solicitação, vereadora Renata Bueno diz que tentará mandado de segurança para que plenário vote seu pedido

Chico Marés

■ Em uma sessão tensa, a Câmara Municipal de Curitiba decidiu ontem arquivar o pedido de criação de uma Comissão Processante para investigar as acusações contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB). Com isso, o pedido de afastamento temporário do vereador da presidência, feito pela vereadora Renata Bueno (PPS), também não será votado. O afastamento seria de 90 dias, enquanto durassem as investigações.

A vereadora havia solicitado a criação de uma Comissão Processante antes de começara circular o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). No entanto, a pro-

curadoria jurídica da Câmara disse que o pedido é ilegal. A vereadora Julieta Reis (DEM), relatora do caso, também optou por recomendar o arquivamento. O relatório foi aceito pela Comissão de Legislação e Justiça.

Com a derrota, a vereadora anunciou ontem que entrará com um mandado de segurança exigindo que o afastamento de Derosso seja votado em plenário. "Vamos entrar na Justiça até mesmo para provar que nosso pedido estava correto. Eles querem estar acima da lei, distorcendo até mesmo um entendimento do Supremo Tribunal Federal", afirmou Renata.

Não foi possível fazer a contagem de votos no julgamento do recurso porque a votação foi simbólica. Entretanto, a maioria dos partidos da situação, incluindo o PSDB, o DEM e o PSB, votou pelo

arquivamento do pedido.

Durante o encaminhamento da votação, vereadores do PSDB fizeram críticas duras à atuação de Renata durante o processo. "O PPS é um partido de família, diferente do nosso [PSDB], que tem representantes em todos os segmentos da sociedade curitibana", disparou o líder do partido na Câmara, Emerson Prado, se referindo ao fato de Renata ser filha do presidente estadual do partido, Rubens Bueno. Já Paulo Frote (PSDB) criticou a atuação do PT e do PMDB, por não defenderem a realização de uma CPI na esfera federal para investigar a corrupção no governo de Dilma Rousseff.

"Quem não tem argumentos, age com ataques pessoais. Eu tenho respeito por cada um dos vereadores dessa Casa. Em momento nenhum raciocinei com meu fígado, como muitos estão fazendo por não conseguir raciocinar com a cabeça", rebateu Renata. "Para tudo aquilo que estamos tentando fazer na Casa, eles estão colocando muita resistência. Isso demonstra mais uma vez a influência que continua sendo exercida por Derosso na presidência da Casa", completou a vereadora, defendendo o afastamento do presidente.

INTERATIVIDADE

O afastamento de Derosso mudaria algo no rumo das investigações?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

CONTINUAÇÃO

Presidente tem cinco dias para fornecer documentos

Karlos Kohlbach e
Rogerio Waldrigues Galindo

A Justiça Estadual do Paraná deu um prazo de cinco dias para que o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB), forneça uma série de documentos sobre o contrato firmado com a agência de publicidade Oficina da Notícia. A empresa, que ganhou o contrato em 2006, pertence à jornalista e empresária Cláudia Queiroz Guedes — atual esposa do parlamentar. Em caso de descumprimento da ordem judicial a multa diária é de R\$ 500.

A determinação é do juiz Marcos Vinícius da Rocha Loures Demchuk, da 5.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, que atendeu ao pedido feito pelo deputado federal Rubens Bueno (PPS). Bueno já tinha tentado administrativamente na Câmara obter os documentos.

Pela decisão, Derosso terá de fornecer “cópia de todos os procedimentos licitatórios que redundaram na contratação das agências de publicidade Oficina da Notícia Ltda e Visão Publicidade, cópia de todos os contratos e aditivos firmados com essas mesmas agências de publicidade, cópia de todos os empenhos, notas fiscais de fornecedores dessas agências que embasaram as emissões de notas fiscais das comissões contratuais”.

Também ontem, a Câmara decidiu negar documentos públicos sobre os contratos de publicidade a outro deputado federal que havia feito o pedido administrativamente. Segundo a procuradoria da Câmara, o pedido de Dr. Rosinha (PT) não explicava suficientemente os interesses do deputado para solicitar os documentos. O ofício enviado ao deputado também diz que o custo do fornecimento das fotocópias seria muito alto.

A adesão de todos os partidos com representantes na Câmara Municipal de Curitiba para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as suspeitas contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), deve ser considerada um importante passo do Legislativo municipal. Os vereadores assinaram um documento no qual mostram a vontade de apurar as denúncias e tomar as providências cabíveis.

Por esse motivo, espera-se que a bancada aliada ao presidente da Casa, como os integrantes do seu partido, PSDB, tenham aderido ao pedido com essa intenção. Será negativo para os próprios vereadores caso ocorra uma operação de “abafa”, com indicação dos aliados a Derosso para a presidência e relatoria da CPI com o intuito de minimizar as acusações. A CPI pode até chegar a conclusão de que são falsas, ou menores, as denúncias. Mas de forma verdadeira, depois de todas as partes ouvidas, os procedimentos em cada caso analisados, os documentos e gastos conferidos.

O momento exige cautela para governistas, opositores e sociedade. Dos vereadores governistas espera-se que não caiam na tentação de conduzir uma operação para abafar o caso, ou impedir a realização de investigação que esclareça as denúncias — de favorecimento da esposa do presidente da Câmara em licitação de contratos de publicidade, de contratação irregular de funcionários e de contratação de sua cunhada para cargo comissionado, o que caracteriza nepotismo. Dos opositores espera-se que concentrem sua atenção em esclarecer os fatos, sem usá-los meramente para atacar seus adversários políticos. E da sociedade espera-se que permaneça atenta à condução política dos fatos para poder avaliar a conduta de seus representantes na Câmara.

CONSELHO DE ÉTICA

Depoimento de vereador não vai mais ter trechos secretos

O Conselho de Ética da Câmara mudou ontem de posição e decidiu tornar inteiramente aberta a sessão em que o presidente João Cláudio Derosso (PSDB) vai depor sobre as acusações. A sessão está marcada para amanhã, às 14 horas, no plenário da Câmara.

Antes, os vereadores haviam decidido que a sessão seria fechada pelo menos nos momentos em que fosse necessário ouvir Derosso sobre pontos que envolvessem seu relacionamento com a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. Atual esposa do vereador, Cláudia é dona de uma das empresas contratadas para fazer a publicidade da Câmara.

Outra decisão foi a de que todos os vereadores, e não apenas os integrantes do Conselho de Ética, terão direito a usar a palavra. Os titulares do conselho terão direito a falar por quanto tempo quiserem. Já os suplentes terão cinco minutos para se manifestar; e os outros vereadores, apenas dois.

A decisão não foi unânime. O vereador Pastor Valdemar Soares (PRB) manifestou preocupação com a possibilidade da abertura justificar uma possível desistência de Derosso em se manifestar. “É uma acareação do Conselho de Ética, e não do plenário”, comentou. O vereador também defendeu que o depoimento fosse adiado, para que ela fosse realizada junto com a CPI, mas, novamente, foi voto vencido.

Antes de a sessão iniciar, especulava-se que o conselho poderia suspender seus trabalhos até o término da CPI. Entretanto, os conselheiros não acataram a ideia. “São duas formas diferentes de atuação. A CPI tem como objeto avaliar as possíveis infrações, enquanto o Conselho tem como meta avaliar o decoro parlamentar. Um não atravessa o outro, um soma ao outro”, justifica o presidente do Conselho, Francisco Garcez (PSDB). (CM)

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Ex-diretores da Alep culpam Bibinho por contratar fantasmas

URV

Dois ex-diretores da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) prestaram depoimento ontem em um dos processos criminais que respondem pelo desvio de cerca de R\$ 200 milhões dos cofres do Legislativo, no escândalo dos Diários Secretos, que vieram à tona por meio de reportagens da **Gazeta do Povo** e da RPC TV. José Ary Nassiff, ex-diretor administrativo da Casa, e Cláudio Marques da Silva, ex-diretor de pessoal, disseram em juízo que a responsabilidade pelas contratações de funcionários na Assembleia era também da diretoria-geral, ocupada por 20 anos por Abib Miguel, o Bibinho.

O advogado de Nassiff, Eurolino Sechin Reis, disse que o ex-diretor administrativo nunca indicou nem contratou nenhum funcionário. "Se houve contratação irregular, a responsabilidade não é dele. A atribuição é também da diretoria-geral", completou Reis.

A estratégia do advogado de Marques da Silva, Marden Esper Maués, foi semelhante. O ex-diretor de pessoal disse que apenas cumpria ordens de Bibinho.

Os dois ex-diretores, assim como Bibinho, respondem na Justiça pelos crimes de formação de quadrilha, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público. A audiência de ontem se refere ao processo criminal envolvendo supostos funcionários fantasmas da família do servidor João Leal de Mattos. Amanhã, Nassiff e Marques da Silva serão novamente ouvidos, desta vez no processo envolvendo a contratação de familiares do ex-servidor Daor Afonso Marins de Oliveira.

MP pede dados sobre pagamento

O Ministério Público Estadual requisitou à Assembleia Legislativa informações sobre todos os pagamentos feitos a funcionários a título de perdas salariais provocadas pela conversão de Unidade Real de Valor (URV) para real, na gestão de Nelson Justus. O Legislativo já gastou R\$ 20 milhões em perdas pela URV.

A **Gazeta do Povo** noticiou, em março, que pelo menos dez pessoas acusadas de serem funcionárias fantasmas da Assembleia requisitaram o pagamento dos prejuízos salariais. Em tese, todos os funcionários do Legislativo que estavam empregados entre 2002 e 2006 têm direito à recomposição por perdas inflacionárias. Desde fevereiro, os pagamentos estão suspensos.

A promotoria quer uma relação de todos os servidores que requereram o benefício -- autorizado por lei estadual e determinado por ordem judicial -- e cópias dos protocolos de pedidos. Também quer saber quanto foi pago a cada pessoa e se advogados receberam honorários. O MPE tem um inquérito aberto para investigar o caso.

Os gastos com o pagamento das indenizações por causa da URV podem chegar a R\$ 80 milhões para mais de 1,5 mil pessoas. O Tribunal de Contas do Estado (TC) informou que vai analisar cada caso. **(KB)**

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Segurança no PR terá aporte de R\$ 500 mi

Entre as metas do programa Paraná Seguro, lançado ontem, está a contratação imediata de 2 mil policiais militares e concurso para novos delegados

Diego Ribeiro e Vinicius Boreki

O primeiro passo para tentar reverter o quadro caótico da violência paranaense foi dado ontem pelo governo do estado. Lançado pelo governador Beto Richa, o programa Paraná Seguro deve reforçar o orçamento atual de R\$ 1,5 bilhão da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) em R\$ 500 milhões ainda neste ano e promete aumentar o orçamento da pasta para até R\$ 3 bilhões ao final da gestão de Richa, em 2014.

Mesmo com o aumento considerável, o valor continua a representar apenas 1% da estimativa de Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná em 2010. Esse aporte financeiro, contudo, deve bancar o pagamento de 10 mil novos policiais, a construção de 400 módulos policiais móveis — compostos por um trailer, duas motos e uma viatura da Polícia Militar (PM), a construção de 95 delegacias, a aquisição de 3,2 mil viaturas, além da instalação de cinco bases de helicóptero para ações de socorro e resgate.

O objetivo do governo é contratar imediatamente 2 mil policiais militares, candidatos remanescentes do concurso de 2009, e 670 investigadores para a Polícia Civil. Até outubro, o governo ainda pretende contratar, por meio de concurso, 40 delegados para preencher vagas em comarcas que não têm chefe nas unidades da Polícia Civil. Além disso, até 2014, o objetivo é aumentar o efetivo com mais 360 delegados, 600 escrivães, 530 investigadores e 300 papiloscopistas para o Instituto de Identificação.

“Para recuperar o tempo perdido, estamos fazendo esforço sobre-humano de todo governo. Há possibilidade de créditos em organismos internacionais [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social [BNDES]”, explica Richa.

As novas medidas contrariam uma das propostas de campanha eleitoral do governador, que prometia a ativação de 72 módulos fixos até 2013. Na avaliação do ex-secretário nacional de Segurança Pública e consultor da área coronel José Vicente da Silva Filho, o governo acerta com a mudança. “A mobilidade é importante e faz parte do policiamento moderno e inteligente, ajustado de acordo com as ocorrências”, diz.

O governo também deve implantar a partir de 1.º de setembro o boletim de ocorrência eletrônico. Com a nova ferramenta, a população poderá registrar ocorrências pela internet. “São medidas consistentes. Estamos há meses estudando para colocá-las em prática. E as dificuldades são enormes, mas é inaceitável ter o mesmo efetivo de 10 anos atrás”, diz o governador.

Eixos do programa

Um Paraná unido em torno da segurança. Foi o que o secretário de Estado da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, sugeriu durante o lançamento do programa. Após mostrar o diagnóstico alarmante, com índices de criminalidade superiores aos recomendados pela ONU e falta de estrutura e de efetivo, o secretário afirmou que o programa seguirá três eixos: renascimento das instituições policiais; mapeamento da criminalidade com cobrança de metas para diminuição da violência; e a integração entre as polícias, Judiciário, Ministério Público e população.

Para facilitar a participação da comunidade, o governo do estado pretende simplificar a criação dos conselhos comunitários de segurança (Consegs). “O conselho deve ser o foro adequado para o debate”, ressalta o secretário.

CONTINUA

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

METAS

Acompanhe quais são as principais ações do programa Paraná Seguro:

Contratação de 8 mil PMs em quatro anos, sendo 2 mil imediatamente.

Contratação de 2,2 mil policiais civis em quatro anos. Segundo o programa, 670 investigadores devem ser contratados imediatamente e 40 delegados serão efetivados após concurso, em outubro deste ano.

Criação de 95 delegacias e modificação do atendimento atual com pessoal capacitado. A ideia é transformar as delegacias em unidades cidadãs para receber a população com respeito e dignidade.

Criação de 400 módulos policiais móveis – compostos por um trailer, duas motos e uma viatura da PM.

Lançamento do boletim de ocorrência eletrônico a partir de 1º de setembro.

Construção de cinco bases para helicóptero no estado.

Contratação de 150 advogados por processo simplificado para a Defensoria Pública.

Mudança da gestão das cadeias públicas para a Secretaria de Justiça.

Colocar os 1.527 PMs que trabalham na área administrativa de volta às ruas. O governo pretende aprovar a contratação dos egressos do Exército para o serviço administrativo.

500 policiais militares devem formar o Batalhão de Fronteira, que ficará responsável por fiscalizar a região fronteira do estado.

Formação de policiais deve ser prioridade

Os benefícios para a sociedade com o aumento do efetivo das polícias Civil e Militar são óbvios, mas o período de formação dos agentes não deve ser acelerado. Essa é a posição do coronel José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública e consultor da área. Atualmente, o Paraná conta com 17.473 policiais militares, enquanto a lei sugere 26.747. A diferença de 9.274 servidores seria reduzida drasticamente se a promessa do governo fosse cumprida até 2014.

De acordo com Silva Filho, as polícias são capazes de treinar em torno de 5% de seu efetivo por ano – aproximadamente 900 policiais por ano no estado. "O que se tem certeza na gestão da polícia é que apostar na quantidade acaba dando prejuízo no futuro. Uma boa formação é como se fosse uma gravidez, leva pelo menos nove meses", diz. Mesmo a melhora na aparelhagem da polícia pode ser ineficiente se o treinamento não for apropriado. "A formação é um investimento crítico que requer seleção e acompanhamento adequados", afirma.

Uma das preocupações de Silva Filho é que o governo observe os índices de aposentadorias e exonerações anuais – uma média de 3% – para evitar que a polícia volte a perder sua capacidade pela falta de efetivo.

Gestão

Administrativamente, o estado tem condição de contratar novos policiais sem comprometer o orçamento, na avaliação da professora de Gestão Pública da Isae-FGV Denise Basgal. "A folha de pagamento deve permanecer dentro dos índices aceitáveis e existe capacidade para transferir esses R\$ 500 milhões para a segurança pública", diz. Ela ressalta, no entanto, que a intenção do governo é bastante audaciosa. "Trata-se de uma necessidade para a população e uma questão de vontade para o administrador. Depois de muito tempo, a segurança voltou a ser prioridade", diz.

CONTINUA

17 AGO 2011

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

Polícia Científica pode retornar à Polícia Civil

Apesar de ter anunciado medidas de melhorias no Instituto de Criminalística (IC) e no Instituto Médico-Legal (IML), o governo deve voltar ao passado e tentar convencer as duas instituições a se religarem administrativamente à Polícia Civil. Desde 2001, o IC e o IML foram emancipados para poderem ter orçamentos independentes. A Associação dos Médicos Legistas do Paraná já se manifestou contrária à proposta e deve se reunir nesta semana para debater o assunto.

Presidente da associação, Maria Letícia Fagundes acredita que, com a mudança, a Polícia Científica pode ficar mais sucateada. "Se hoje que somos independentes não conseguimos ser ouvidos, qual vai ser nossa voz em meio a milhares de policiais civis? Eles vão querer representar o interesse deles ou de 500 peritos e médicos?", questiona.

O delegado-geral Marcus Vinicius Michelotto se mostrou otimista com a volta das duas instituições à Polícia Civil. "Eu sou a favor do retorno do IML e IC. A saída deles foi trágica. Saíram sem estrutura necessária para o funcionamento. Da forma que estão hoje, a sociedade está sendo prejudicada. Dentro da polícia, com melhor organiza-



"Quem dá a missão também tem que dar os meios. No nosso programa os meios estão previstos para que haja eficiência e resultado."

Reinaldo de Almeida César, secretário de Estado da Segurança Pública.

ção, poderemos dar suporte a eles", afirma.

O IC e o IML também serão alyos do programa. Novas sedes devem ser construídas em todo o estado, começando por Curitiba,

Maringá e Londrina. Na capital, há licitação para a construção de uma nova sede no bairro Vila Isabel. Em Maringá, a concorrência segue em andamento e, em Londrina, a previsão é de que as obras iniciem em janeiro de 2012. O governador também prometeu preencher todas as vagas abertas nas duas instituições.

Cadeias

A gestão das carceragens das delegacias e minipresídios vai passar da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) para a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju). Assim, os policiais poderão ser liberados para o trabalho. Agentes penitenciários cuidarão dos presos nessas unidades. As primeiras cadeias a mudarem de coordenação são: Laudemir Neves, em Foz do Iguaçu, e Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa.

O governo também pretende contratar, por concurso simplificado, 150 advogados para a Defensoria Pública, criada em maio deste ano. Esses profissionais deverão revisar os 30 mil processos de presos condenados e provisórios que estão em delegacias e penitenciárias do estado. (DR)

"São medidas consistentes. Estamos há meses estudando para colocá-las em prática. E as dificuldades são enormes, mas é inaceitável ter o mesmo efetivo de 10 anos atrás."

Beto Richa, governador do estado, durante o lançamento do programa Paraná Seguro.

O PARANÁ 17 AGO 2011

PANORAMA POLÍTICO

URV

O Ministério Público Estadual requereu à Assembleia Legislativa a lista de servidores que requisitaram o pagamento das perdas salariais provocadas pela conversão de Unidade Real de Valor (URV) para real, em 1994. O MPE pediu ainda que a Assembleia informe o valor destinado a honorários advocatícios nas ações ajuizadas em nome dos servidores. A Mesa Executiva tem prazo de 30 dias para encaminhar os documentos.

PANORAMA POLÍTICO

Afastamento negado

Por unanimidade, o plenário da Câmara Municipal rejeitou o recurso protocolado pela vereadora Renata Bueno (PPS), que pretendia criar uma comissão processante para apurar denúncias contra o vereador João Cláudio Derosso (PSDB) e também pedia o afastamento do tucano. O pedido de Renata já havia sido rejeitado na Comissão de Legislação e Justiça.

Nepotismo cruzado

Ademar Traiano (PSDB) informou que já demitiu o irmão do superintendente da Appa, Airton Vidal Maron, que tinha um cargo em seu gabinete. O caso poderia ser considerado nepotismo cruzado, já que o irmão de Traiano tem um cargo na diretoria Appa.

INFORME

Morte de Pertile

A morte de Walter Pertile completa hoje quatro anos. Ele foi atingido com um tiro nas costas e agredido no rosto até morrer. O crime ocorreu na presença dos funcionários do Cartório Iguaçu, no Centro de Cascavel, estabelecimento que pertencia a Pertile e a Darlei Natal Gabana, acusado pelo homicídio.

Recurso

O advogado da família Pertile, Ronaldo da Fonseca, disse que entrou com recurso no STJ (Supremo Tribunal de Justiça), em Brasília, para qualificar o crime como torpe e fútil, tornando-o qualificado, pois as qualificadoras foram retiradas pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

PARANÁ ONLINE 16 AGO 2011

TJ do Paraná pode ganhar departamento específico para proteção de juízes

A proposta da criação de um departamento que vai tratar especificamente da proteção de juízes será encaminhada para a presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. A revelação é do desembargador João Kopytowski, presidente da Comissão de Segurança e Inteligência Judiciárias do TJ. De acordo com ele, é necessária a adoção de algumas medidas para proteger juízes e funcionários do Judiciário, que devem trabalhar nas suas funções com tranquilidade e segurança.

Outra proposta da comissão é a implantação de uma guarda judiciária, que atuaria especificamente nos fóruns. "A maioria dos fóruns está desprotegida. Deve haver este policiamento pelo menos no fórum, no horário de expediente", explica o desembargador. A guarda judiciária também seria a responsável pela escolta de juízes ameaçados em função de suas atividades. "Alguns casos exigem isto e não está acontecendo. A resposta que temos da Polícia Militar é a falta de efetivo", comenta Kopytowski. Ele revela que desconhece que algum juiz receba proteção policial hoje no Paraná.

Um levantamento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indica que 30 juízes paranaenses estão sob ameaça. O Estado lidera o ranking. A quantidade em todo o País supera a 100. "Para mim, este número pode ser ainda maior", avalia Kopytowski. O desembargador conta que o TJ do Paraná foi um dos primeiros a fazer este levantamento, que ainda considera outros oito juízes que sofrem riscos em virtude das decisões que proferiram, mas que não relataram ameaças.

Kopytowski ainda acredita ser necessário um reforço nas estruturas dos fóruns paranaenses, cujas janelas e portas são frágeis e alvos de arrombamentos. O desembargador defende a instalação de equipamentos de segurança, como câmeras e alarmes, além de um treinamento de segurança para juízes, escrivães e outros servidores do Judiciário. "Muitos não sabem o risco que correm", classifica.

16 AGO 2011

PARANÁ ONLINE

Tribunal de júri é adiado em vara onde trabalhava juíza

No primeiro dia de trabalho da comissão de juízes criada para assumir provisoriamente a 4ª Vara Criminal de São Gonçalo (RJ), onde trabalhava a juíza Patrícia Acioli, os magistrados e promotores decidiram adiar o tribunal de júri que estava marcado. O processo envolvendo o suspeito de homicídio Leonardo Coutinho, que aguarda preso ao julgamento, foi transferido para quinta-feira da semana que vem.

O promotor Horácio da Fonseca, um dos sete designados para atuar na 4ª Vara, disse que pediu o adiamento para obter mais detalhes do processo. O juiz Fábio Uchoa se desincompatibilizou do comando do 1º Tribunal do Júri da Capital para chefiar a comissão de juízes em São Gonçalo.

Ele disse que os jurados que compareceram ao júri desmarcado não demonstraram preocupação de participar de um julgamento na vara onde trabalhava a juíza assassinada. "A sociedade de São Gonçalo pode ficar tranquila, porque este episódio não é rotina. A ordem pública está mantida. Espero que sejam tomadas medidas pelo governo do Estado para aumentar a segurança(pública)", disse o juiz.

CNJ 16 AGO 2011

Comissão de juízes do CNJ acompanha apuração do assassinato de juíza no Rio

Já estão no Rio de Janeiro os três juízes designados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso, para acompanhar as investigações do assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli, ocorrido na madrugada da última sexta-feira (12/08), no Rio de Janeiro. Presidida pelo secretário-geral do CNJ, juiz Fernando Florido Marcondes, a comissão iniciou os trabalhos de acompanhamento do caso com uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manuel Alberto Rebêlo dos Santos.

À tarde (14h30) os juízes do CNJ se reunirão com o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Benincá Beltrame. Às 16h os juízes farão uma visita ao Fórum de São Gonçalo onde a juíza Patrícia Acioli trabalhava e às 16h30 se reunirão com juízes colegas da magistrada assassinada.

Amanhã os integrantes da Comissão visitarão o Tribunal Regional Federal da Segunda Região e a Divisão de Homicídios da Polícia do Rio de Janeiro. Além do juiz Fernando Marcondes, também integram a Comissão do CNJ os juízes auxiliares da presidência do Conselho, Tatiana Cardoso de Freitas e Márcio André Keppler Fraga.

Ao instituir a comissão, o ministro Peluso considerou o assassinato de Patrícia Acioli como sendo “de gravidade ímpar” e “atentatório ao Poder Judiciário e ao Estado Democrático de Direito”.

Gestões - A comissão terá 30 dias de prazo para apresentar seu relatório e as sugestões pertinentes. Para isso, portaria do ministro Peluso assegura aos juízes auxiliares acesso ao inquérito policial. Eles terão também poder para gestões junto aos governos estadual e federal e ao Tribunal de Justiça do Rio.

A juíza Patrícia Acioli vinha sendo ameaçada de morte há algum tempo, porque julgava processos referentes a casos que envolviam quadrilhas perigosas. Segundo a ministra Eliana Calmon, corregedora Nacional de Justiça, existem atualmente 100 magistrados brasileiros em situação de risco - 69 deles, ameaçados de morte.

Preocupada com a situação, a corregedora já havia recomendado a todos os tribunais reforço na segurança dos juízes em situação de risco. Embora a responsabilidade pela segurança dos magistrados seja dos tribunais, Eliana Calmon informou que o CNJ e a Corregedoria estão à disposição para ajudar na segurança dos magistrados.

CNJ 16 AGO 2011

Ponto por biometria será expandido para comarcas em MT

A Comarca de Várzea Grande (MT) será a próxima unidade judiciária a ser inserida no sistema de ponto biométrico. A partir do dia 22 de agosto, todos os 260 servidores do Fórum Desembargador Cesarino Delfino César vão registrar o controle de frequência diária por meio das digitais do dedo polegar ou indicador. Para que isso seja possível, todos os servidores fizeram o cadastro de suas digitais na semana passada.

De acordo com a diretora de Recursos Humanos do TJMT, Claudenice Deijany Farias de Costa, como a comarca já faz uso dos programas de Sistema de Gestão de Pessoas (SGP) e Sistema de Controle de Pontos (SCP) essa foi a unidade escolhida para iniciar a expansão do sistema para as comarcas. As próximas a receber o ponto biométrico serão as Comarcas de Cuiabá e de Rondonópolis, em setembro. Nos dois fóruns a biometria será instalada concomitantemente.

O novo sistema foi instalado primeiramente no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e começou a funcionar efetivamente em 1º de agosto. A nova medida visa conferir mais transparência ao processo de registro de ponto e também evitar fraudes. Também objetiva oferecer mais segurança e tranquilidade para o servidor, evitando que ele deixe de registrar a entrada caso tenha esquecido o cartão de ponto em casa ou que a entrada não seja registrada por defeito no equipamento. Para que o servidor tenha certeza de que a sua frequência está registrada, os relógios fornecem comprovante do registro do ponto. A papeleta deve ser guardada por dois meses, após o fechamento do registro de ponto mensal.

CONJUR 16 AGO 2011

Não cabe Mandado de Segurança contra decisão do STF

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, negou Mandado de Segurança ajuizado pelos advogados de Jader Barbalho contra suposto ato omissivo do ministro Joaquim Barbosa, que não havia atendido a um pedido de retratação da decisão da Corte. No recurso, o Supremo não deferiu o registro de candidatura de Jader ao Senado pelo Pará nas Eleições de 2010.

Em sua decisão, o ministro Luiz Fux afirma que o Mandado de Segurança é "manifestamente incabível". Segundo ele, a jurisprudência do STF é invariável ao afirmar "o descabimento de Mandado de Segurança contra atos provenientes de seus órgãos colegiados ou mesmo de seus membros, individualmente, no exercício da prestação jurisdicional, porquanto impugnáveis somente pelos recursos próprios ou pela via da Ação Rescisória".

Na ocasião, em outubro de 2010, após empate na votação (uma vez que o ministro Eros Grau havia se aposentado), os ministros decidiram manter a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que negou registro de candidatura para Jader, com base na Lei Complementar 135/2010.

Posteriormente, já em março de 2011, com a chegada ao Supremo do ministro Luiz Fux, a Corte voltou ao tema no julgamento do RE 633.703 e decidiu, por seis votos a cinco, que a chamada Lei da Ficha Limpa não devia ser aplicada ao pleito de 2010, por conta do chamado princípio da anterioridade da lei eleitoral (artigo 16 da Constituição Federal). Diante desse fato novo, a defesa de Jader Barbalho pediu ao relator do seu recurso, ministro Joaquim Barbosa, que exercesse juízo de retratação da decisão colegiada. Em maio, diante da alegada demora do relator em analisar o pedido, os advogados propuseram o Mandado de Segurança, para que fosse assegurado o exercício do mandato até a solução final do RE.

De acordo com a defesa de Jader Barbalho, todos os demais tribunais do país poderiam se adaptar à tese firmada no referido precedente, não havendo motivo para que fosse diferente quanto a esta Suprema Corte. Do contrário, diz o advogado, o impetrante se tornaria, na realidade, "o único candidato vencedor do pleito de 2010 ao qual se aplicaria a Lei Complementar 135/2010".

O Mandado de Segurança foi ajuizado no Supremo no dia 9 de maio deste ano. Em 1º de junho, o ministro Joaquim Barbosa negou o pedido de retratação feito pelos advogados de Jader. Para Barbosa, não caberia ao relator, individualmente, exercer juízo de retratação de uma decisão colegiada. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal.*

CONJUR

É possível quitar dívida tributária com depósito judicial

16 AGO 2011

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça traz uma boa notícia para o contribuinte. Em decisão recente, a corte decidiu que os depósitos judiciais ainda não transformados em pagamento definitivo e vinculados a processos já transitados em julgado podem ser utilizados para quitar débitos com reduções por remissão e anistia previstas na Lei 11.941, de 2009. O entendimento ocorreu durante o julgamento de um caso em que a Fazenda se negava a aplicar as reduções aos débitos discutidos em ações com trânsito em data anterior à lei. A decisão do STJ, analisada sob a forma de recurso repetitivo, deve orientar as demais instâncias na decisão de processos que envolvem a mesma discussão.

Pela decisão da 1ª Seção, a remissão ou anistia das rubricas concedidas só incidem em um caso: se de fato existirem saldos devedores dentro da composição do crédito tributário cuja exigibilidade se encontra suspensa pelo depósito. Isso porque, explicou o relator do caso, ministro Mauro Campbell, os juros que remuneram o depósito não são os mesmos que oneram o crédito tributário.

O argumento da Fazenda era de que a desistência da ação judicial em curso, cumulada com a renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, são condições para o contribuinte obter o benefício fiscal. Assim, se já houve o trânsito em julgado do processo, não poderia haver desistência e renúncia possíveis, a justificar o benefício do parcelamento.

Muitos são os casos nos quais os benefícios fiscais com parcelamento ou pagamento à vista, quando entram em vigor depois do trânsito em julgado da ação em que há depósito ainda não transformado em pagamento definitivo, geram questionamentos idênticos aos examinados.

De acordo com o entendimento do relator, se o pagamento por parte do contribuinte ou a transformação do depósito em pagamento definitivo por ordem judicial somente ocorrem depois de encerrado o processo, o crédito tributário só ganha vida com o trânsito em julgado que o confirma. Depois disso, ele pode ser objeto de remissão ou anistia nesse intervalo.

O resgate dos juros remuneratórios ou compensatórios incidentes sobre o depósito judicial que o contribuinte efetuou não é lícito. “O depósito não é investimento”, destacou Campbell, “é uma opção daquele que intenta discutir judicialmente seus débitos com a paralisação dos procedimentos de cobrança”.

O caso começou com um Mandado de Segurança em que um contribuinte questionava a obrigatoriedade do recolhimento da Cofins. Durante o curso do processo, foram feitos depósitos judiciais para suspender a exigibilidade do tributo. O processo transitou em julgado. Antes da ordem para a transformação dos depósitos efetuados em pagamento definitivo, foi editada a Lei 11.941, de 2009, que permitiu o pagamento à vista ou o parcelamento de débitos com os benefícios de remissão e anistia. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

CONJUR

Internação compulsória de usuários de drogas é ineficaz

16 AGO 2011

Por Diego Vale de Medeiros e Leila Rocha Sponton

Analisando o projeto de Lei 673/11, proposto pelo deputado estadual Orlando Bolçone, que prevê internação compulsória pelo Poder Público de crianças e adolescentes usuários de drogas para tratamento médico, observa-se que a normativa regulamenta que a internação para tratamento médico ocorrerá independente da autorização dos pais, sendo estes apenas cientificados do local onde a criança ou o adolescente está recebendo o tratamento e das circunstâncias em que ocorreu a sua apreensão.

Mencionar o descaso histórico do Estado para com as crianças e adolescentes brasileiros, diante de um problema grave de ordem de saúde pública pode parecer, num primeiro momento, repetitivo. Não é diferente quando se trata de projetos de lei como este que visa, tão somente, agravar a situação dessas crianças e adolescentes, uma vez que não prevê qualquer critério para o tratamento médico, psicológico, ou mesmo políticas públicas suficientes para enfrentar o problema, marginalizando a pobreza e fortalecendo estigmas preconceituosos.

Salta aos olhos daqueles que se dedicam à incansável busca da efetividade dos direitos assegurados por lei às crianças e aos adolescentes a problemática social a que se está prestes a enfrentar mediante a aprovação de um Projeto de Lei como este: *não se nega, e prevê, a transferência do grave problema de saúde pública das ruas para estabelecimentos despreparados – acredita-se, inexistentes – sendo certo ser esta mais uma medida “higienista”, proposta em conflito com as garantias constitucionais.*

Em que pese a superficialidade ao qual o tema internação compulsória foi tratado no Projeto de Lei, não foi possível esperar nada diferente da sua justificativa, em especial pelo vago depoimento do médico especialista em dependentes que supõe que caso morresse e seus filhos ficassem na rua, sua vontade era que o Poder Público cuidasse de seus filhos. Sem adentrar ao mérito acerca da excessiva – e temerária - confiança depositada ao Poder Público e limitações institucionais tal projeto destina-se, única e exclusivamente, a crianças e adolescentes em situação de miséria, cujo uso da droga, muitas vezes, é decorrente dessa condição social.

Nesse contexto, cumpre indagar o seguinte: se mesmo a internação para tratamento da dependência considerada *ideal* – estrutura adequada, apoio médico, psicológico, familiar e do próprio paciente – *não é garantia integral de recuperação de tais pacientes que assumirão personagens da institucionalização irresponsável*, o que se espera de uma internação que seja compulsória, massificada, desmedida, que desconsidera o apoio familiar e a vontade da criança ou do adolescente em receber o tratamento, conforme propõe o Projeto de Lei em comento? É no mínimo inconstitucional.

Lamentavelmente, não é possível esperar nada diferente de um grande depósito de crianças e adolescentes “dopados”, estabelecendo-se uma releitura dos antigos unidades manicomiais e abordagem menorista.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 16 AGO 2011

Diante da precariedade das políticas públicas brasileiras para crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico e o uso das drogas, não se pode pensar em saídas imediatas enquanto o Estado não comprovar esforços para a implantação de políticas públicas na saúde, educação e assistência social, investindo em estratégias antidrogas. Prevenção por meio da conscientização, educação e tratamento adequado, com clínicas públicas de reabilitação de qualidade, profissionais especializados, medicamentos suficientes etc. A respeito da estrutura atual das políticas públicas básicas e sociais destinadas para atendimento inicial de crianças e adolescentes, o Estado de São Paulo, com 645 municípios, possui apenas 58 Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Droga – CAPS-AD, e 216 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.

Não existe solução milagrosa para sanar o problema de saúde pública enfrentado pela sociedade, especialmente, quando se pretende impor tolerância zero e total abstinência para tratamento de suas crianças e adolescentes em situação de drogadição. Todavia, existe a possibilidade de que seja colocado em prática o Estatuto da Criança e do Adolescente, normas de funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (Suas) primordialmente na elaboração de programas de proteção integral da criança e do adolescente cujo intuito é priorizar a *prevenção* frente à repressão.

Ou, ainda, levar em consideração, quando da aplicação das medidas de proteção (artigo 100 do ECA), os princípios **(i)** que reconhecem a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos (inciso I); **(ii)** de proteção integral e prioritária dos direitos de que são titulares as crianças e os adolescentes (inciso II); **(iii)** que respeite a intimidade e o interesse superior da criança e do adolescente (incisos IV e V); **(iv)** de intervenção mínima das autoridades e instituições (inciso VII); **(v)** de proporcionalidade e atualidade das medidas de proteção (inciso VIII) e **(vi)** de prevalência da família na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente (inciso X).

Infelizmente, enquanto falharem as políticas sociais básicas destinadas às crianças e aos adolescentes como saúde, educação, esporte, lazer, dificilmente se logrará prevenir o tráfico e uso das drogas.

Diego Vale de Medeiros é Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude Da Defensoria Pública do estado de São Paulo

Leila Rocha Sponton é Coordenadora Do Núcleo Especializado Da Infância E Juventude Da Defensoria Pública Do Estado De São Paulo